

-----**ATA NÚMERO CINQUENTA E SETE**-----
-----**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA**-----
-----**Mandato 2017-2021**-----
-----**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM SETE DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZANOVE**-----
-----**ATA NÚMERO CINQUENTA E SETE**-----

----- Aos sete dias do mês de março de dois mil e dezanove, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência do Presidente em Exercício, Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, coadjuvado pela Excelentíssima Senhora Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, respetivamente Primeira Secretária em Exercício e Segunda Secretária. ----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Aline Gallash Hall de Beuvink, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel Pimenta Prôa, António Miguel Silva Avelãs, António Modesto Fernandes Navarro, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos, Graciela Lopes Valente Simões, Hugo Miguel Mateus Gaspar, Isabel Cristina Rua Pires, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Diogo Santos Moura, João Luis Valente Pires, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José Luis Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, Luis Filipe da Silva Monteiro, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Lopes, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Paula Inês Alves de Sousa Real, Paulo Jorge Velez Muacho, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rui Pedro Costa Lopes, Silvino Esteves Correia, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Humberto Luis Rosado Cabral da Silveira, Maria João Bernardino Correia, Susana Maria da Costa Guimarães, Maria Capitolina Marques, John Law Rosas da Costa

Jones Roque Baker, Gonçalo Maria Vassalo Moita, Luis Duarte de Albuquerque Carreira, Rosa Maria Carvalho da Silva, Nádía Alves Ribeiro Teixeira, Pedro Miguel Tadeu Costa, Ricardo João de Oliveira Marques, José Pedro Ferreira, José Roque Alexandre, Ana Margarida Mota Vieira da Silva de Moraes, José Augusto Felício, Cândida Cavaleiro Madeira, Carlos Manuel Lage Teixeira. -----
----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais:-----
----- Ana Margarida Tabora Duarte Martins de Carvalho, José António Cardoso Alves, Luis Pedro Alves Caetano Newton Parreira e Mário Nelson Moraes Freitas. -----
----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----
----- Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Pedro Miguel Tadeu Costa. -----
----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães. -----
----- José António Borges (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal José Pedro Ferreira. -----
----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Luís Duarte de Albuquerque Carreira. -----
----- Sofia Oliveira Dias Figueiredo (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Penha de França, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputada Municipal Maria Capitolina Marques. -----
----- Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Ricardo João de Oliveira Marques. -----
----- Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Maria João Bernardino Correia. -----
----- Augusto Miguel Gama (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Cândida Cavaleiro Madeira. -----
----- Manuel Portugal Lage (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Margarida Moraes. -----
----- Hugo Cordeiro Lobo (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Roque Alexandre. -----
----- Carlos Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva. -----

----- Mafalda Cambeta (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Augusto Felício. -----

----- Maria Cristina Castel-Branco Alarcão Júdice (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal John Law Rosas Baker. -----

----- João Maria Condeixa (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Gonçalo Maria Vassalo Moita. -----

----- Ricardo Moreira (BE), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Humberto Silveira. -----

----- José Inácio Faria (MPT), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Mário Nelson Morais Freitas. -----

----- Raúl Santos (MPT), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Nádía Alves Ribeiro Teixeira. -----

----- Solicitou a suspensão do mandato, a Deputada Municipal Rita Maria Oliveira Calvário (BE), sendo o mandato assumido pelo Deputado Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, durante o período de 5 de março de 2019 a 31 de julho de 2019, que foi apreciada e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 77.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do art.º 7.º do Regimento da Assembleia Municipal. -----

----- Estiveram presentes os Senhores Vereadores da oposição: Nuno Correia da Silva, Orísia Roque e Nuno Rocha. -----

----- Às dezassete horas e quarenta e cinco minutos, constatada a existência de quórum, **o Senhor Presidente da Assembleia em exercício**, declarou aberta a reunião. -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde, a todos. -----

----- “Vamos dar início a esta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal que tem como principal objeto, quase exclusivo a 1ª Sessão do Debate Temático “Lisboa e os animais: os desafios da sociedade atual” com o tema “A Sociedade civil e a proteção animal”, uma proposta aprovada pelo Plenário da Assembleia, pela Conferência de Representantes, que teve origem numa proposta apresentada pelo PAN. -----

----- E antes de passarmos a condução dos trabalhos à Senhora Deputada Inês Sousa Real, que irá dirigir o debate temático, duas matérias práticas. -----

----- Uma Regimental e uma com relevância política e simbólica.” -----

----- **APRECIACÃO DO PEDIDO DE SUSPENSÃO DO MANDATO DA DEPUTADA MUNICIPAL RITA MARIA OLIVEIRA CALVÁRIO, PELO PERÍODO DE 5 DE MARÇO ATÉ 31 DE JULHO DE 2019, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 77.º, DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL, E NO ART.º 7.º DO REGIMENTO** -----

----- (A **Apreciação do pedido de suspensão do mandato** fica anexada à presente Ata, como **Anexo I** e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A matéria Regimental dar-vos nota que a Deputada Municipal Rita Calvário, solicitou a suspensão do seu Mandato, entre o período de cinco de março até dia 31 de julho, por motivos profissionais, que a vaga será preenchida pelo cidadão Tiago Ivo Cruz, que passará a exercer até 31 de julho o Mandato de Deputado Municipal. Informar também que a vaga aberta na sequência da prorrogação da suspensão do Mandato da Deputada Municipal Helena Roseta continua a ser preenchida nos termos legais e regimentais, pelo cidadão que está a exercer o Mandato António Avelãs, e portanto, considerando, mas cumprindo o formalismo regimental, se não há votos contra às suspensões do Mandato, se não há abstenções” -----

----- **O Pedido de Suspensão do Mandato foi aprovado por unanimidade** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 9 IND. -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Fica registado neste início que há a prorrogação da Deputada Helena Roseta e a suspensão do Mandato da Deputada Rita Calvário. -----

----- E também, dar-vos conta de uma iniciativa que começou por ser apresentada por Deputados Municipais que exercem o Mandato como Independentes, e que alastrou a todas as forças políticas, e portanto, é uma iniciativa consensual de ficar registado em ata nesta Sessão da Assembleia Municipal, uma saudação pela iniciativa de se instituir o Dia de Luto Nacional pelas vítimas de violência doméstica, que para além do seu simbolismo positivo, marca a necessidade de melhorar o apoio institucional nesta área de modo a reduzir drasticamente este fenómeno. -----

----- E ficando registado nesta ata, depois esse excerto da ata deverá ser remetido ao Governo, à Câmara Municipal e às diferentes associações de defesa dos direitos das mulheres e homens vítimas de violência doméstica. -----

----- Penso que poderemos considerar por unanimidade dos Deputados Municipais presentes esta saudação, até em razão da matéria das iniciativas políticas que foram aprovadas pela Assembleia Municipal, e ia pedir-vos a todas e a todos para fazermos um minuto de silêncio, em memória das vítimas de violência doméstica, findo o qual esse minuto de silêncio, nós Membros da Mesa, daremos o lugar à Deputada Inês Sousa Real para a condução dos trabalhos. -----

----- Vamos fazer um minuto de silêncio agradecia que se pudessem sentar e depois que pudessem circular a seguir.” -----

----- (Neste momento fez-se um minuto de silêncio pela memória das vítimas de violência doméstica) -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- A Deputada Inês Sousa Real vai assumir a condução dos trabalhos, vai chamar os nossos convidados, oradores, apresenta-los ao Plenário.” -----

----- **PONTO ÚNICO – 1.ª SESSÃO DO DEBATE TEMÁTICO “LISBOA E OS ANIMAIS: OS DESAFIOS DA SOCIEDADE ACTUAL” COM O TEMA “A SOCIEDADE CIVIL E A PROTEÇÃO ANIMAL”, NA SEQUÊNCIA DA PROPOSTA 001/PAN/2018 APROVADA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 30 DE OUTUBRO 2018 E DE ACORDO COM O FORMATO E PROGRAMA ABAIXO INDICADOS;GRELHA DO PERÍODO DESTINADO MUNICIPAIS:3 M POR FORÇA POLÍTICA E 3 MINUTOS PARA OS DM QUE EXERCEM O MANDATO COMO INDEPENDENTES.** -----

----- **A Moderadora, Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN), no uso da palavra fez a seguinte intervenção:**-----

----- “Muito boa tarde a todos e a todas, vamos dar início ao nosso debate “Lisboa e os animais: desafios da sociedade atual”.-----

----- Hoje temos connosco um painel de ilustres convidados que são especialistas nestas temáticas. -----

----- É a primeira vez que a Assembleia Municipal está de facto a debater uma temática tão importante para a vida da cidade, sobretudo quando falamos das nossas relações de vizinhança.-----

----- Queria adiantar também, que vamos ter a possibilidade de inscrições do público presente, podem dirigir-se às secretárias quem se deseja inscrever, que nos será depois dada a indicação, a não ser que depois entretanto se esgotem as inscrições, caso em que também iremos dar essa indicação. -----

----- Connosco temos a Doutora Manuela Mira, que é Médica Veterinária responsável pelo Centro de Recuperação dos Animais Silvestres em Lisboa, temos também o Comissário Bruno Branco, responsável pelo projeto “Defesa Animal”, o Doutor Pedro Delgado Alves, era juntar-se a nós no decurso do debate, tenho também o Doutor Bruno Rolo, Médico Veterinário e o Doutor Jorge Cid Gonçalves, ilustre Bastonário da Ordem dos Médicos Veterinários, em Lisboa. -----

----- Para iniciar então este debate vou dar a palavra à Doutora Manuela Mira, a palavra é sua e muito obrigada por estar aqui connosco.” -----

----- **INTERVENÇÃO DOS ORADORES CONVIDADOS**-----

----- **A Senhora Doutora Manuela Mira na qualidade de Oradora Convidada, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:** -----

----- “Muito boa tarde.-----

----- Eu estou aqui como um dos elementos do LxCRAS, que é Centro de Recuperação dos Animais Silvestres de Lisboa, que está localizado no Parque Florestal de Monsanto, nomeadamente num espaço de biodiversidade, e que está criado desde 1997. -----

----- Estas são as nossas instalações no meio de Monsanto, e este centro está inserido nas redes de centro de recuperação da fauna selvagem, que é coordenado ICNF e DGAV, e que foi criado pela Portaria nº 1112 de 2009. -----

----- Além de Centro de Recuperação dos Animais Silvestres de Lisboa, fazem parte desta rede de centros, estes que estão aqui indicados, que não vale a pena estar a referir de uma forma exaustiva, até, porque aquilo que eu estou a pensar fazer, é

apenas uma montra e uma explicação do que é que é o Centro de Recuperação, e nada de mais profundo.-----

----- O objetivo é a preservação da fauna autóctone portuguesa, que corresponde à recuperação clínica e biológica dos animais, de modo a poder fazer a sua devolução à natureza, ou a sua libertação.-----

----- É necessário também para a recolha de dados colaboramos com inúmeros projetos de investigação e facultamos dados para inúmeros projetos, que neste momento não cabe aqui estar a mencioná-los todos, porque seria bastante exaustivo, mas têm muito interesse para os investigadores, e para uma série de temáticas que estão hoje em dia em cima da mesa, como venenos, e outros, e para a formação e divulgação, e sensibilização ambiental. -----

----- Estamos inseridos, e temos a noção que estamos dentro do critério de uma só saúde. -----

----- Há uma saúde humana, há uma saúde animal e há uma saúde do ecossistema, e é com estes princípios, e com esta certeza que nós efetuamos as nossas atividades. -----

----- Portanto, nós reabilitamos animais, e o que é que é reabilitar um animal?-----

----- Reabilitar um animal é devolver o seu estado hígido e recuperar as estratégias que caracterizam a espécie.-----

----- Nós no Centro de Recuperação, nós os veterinários tratamos da saúde do animal, e quando o animal está clinicamente bem, o animal não está preparado de modo algum para ser libertado.-----

----- O animal passa por um processo de reabilitação, em que tem que recuperar todas as estratégias que caracterizam a sua espécie, e isso será matéria a ser avaliada pela parte de quem reabilita, nomeadamente biólogos. -----

----- Os valores que eu venho aqui dar tive que escolher.-----

----- Venho aqui dar valores do interesse, pelo Centro e por esta temática e pelos animais, da fauna autóctone portuguesa, desde que ele foi criado. -----

----- Temos aqui este quadro, que nos dá as admissões desde 1996 a 2018, e vemos aqui que é absolutamente em crescendo, já recebemos quase vinte mil animais. -----

----- Outras das situações que eu acho que é interessante referir aqui, é a parte importante, ou a percentagem importante de animais que neste momento que são entregues por particulares.-----

----- Os nossos animais são entregues fundamentalmente pelo SEPNA a Brigada da GNR, pelo ICNF, pela PSP/BRIPA, por outros, e estes outros, estamos a falar de bombeiros, estamos a falar de Casa do Animal, mas a verdade é que os particulares, e isso são dados de 2018, esqueci-me de referir, têm aqui uma fatia muito grande, e principalmente há um facto muito importante, que é a evolução da entrega. -----

----- Aqui temos a lilás, a evolução da entrega desde 2006 a 2018, pelas diversas entidades, e como conseguimos verificar os particulares são aqueles que têm vindo sempre em crescendo na entrega dos animais, isto é manifesto o seu interesse cada vez maior e a sua sensibilidade para esta temática. -----

----- Os animais que nós recebemos são de todas as áreas, mas são fundamentalmente aves, recebemos mamíferos, anfíbios e répteis. -----

----- Aqui são as espécies mais importantes das aves que nós recebemos, ficará aqui se houver interesse nisso. -----

----- E as causas de entrada são de todos os animais, no geral são: armadilhas, são quedas de ninho e órfãos, são traumas, temos cativeiros, temos doenças, temos eletrocussões, temos tiro, temos várias causas de entrada, são todas sempre que possível muito bem identificadas. -----

----- Os concelhos de origem são diversos, nós na fauna, e neste Centro, como em qualquer outro centro, nós não temos limites, nós não temos fronteiras, nós recebemos os animais de todo o país.-----

----- Temos aqui um quadro que nos diz os distritos de origem dos animais recebidos no LxCRAS, é claro que aquela mancha mais escura é a zona de Lisboa. -----

----- Temos aqui os concelhos da área metropolitana de Lisboa, que como conseguimos ver é de onde provêm a maior parte dos animais, e que neste caso deste ano de 2018 representaram 98,1% dos animais recebidos no CRAS.-----

----- Deixo-vos com algumas imagens de animais recebidos, como o texugo, os ouriços, neste caso os esquilos, aquilo é uma gaivota cria, morcegos, pintassilgos, andorinhões, ginetas. -----

----- Isto é um animal que chegou muito mal mas ficou muito bom, esta fotografia que pôs aqui porque ficamos muito contentes com esta recuperação de raposa. Os répteis, recebemos répteis de várias variedades de répteis, temos também aqui anfíbios que também recebemos anfíbios, e intervimos também nesta área. -----

----- Isto são imagens da clínica, onde podemos ver aqui alguns animais absolutamente prioritários, como é o caso do abutre-negro, da águia-pesqueira, são imagens de intervenções clínicas e das nossas manipulações clínicas em relação a estes animais, cirurgias e podemos ter também aqui uma imagem, que para mim, é muito importante, que é as imagens dos animais com tiro, que começam a ser cada vez mais. -----

----- Assim que os animais ficam bem, sob o ponto de vista da sua saúde, da sua parte da doença, nós os veterinários damos alta clínica, e eles transitam para uma outra área que são para os parques de recuperação. -----

----- Os parques de recuperação, é onde eles vão ganhar todas as valências necessárias para poderem ser devolvidos ao meio natural, e só com essas valências é que eles podem ser devolvidos ao meio natural. -----

----- Esta parte de reabilitação é feita neste caso pelo Centro, pela bióloga, nós temos uma bióloga no Centro, e que faz toda esta parte da reabilitação e dos animais para chegarmos onde queremos, que é esta parte, que é a parte das libertações. -----

----- Aqui temos libertações de andorinhões, libertações de uma andorinha, de morcegos, de ouriços, temos aqui libertações em atividades de educação ambiental, temos aqui uma libertação também numa atividade que nós temos sempre ao longo do ano, que é o chamado “Dia Aberto do CRAS”. -----

----- E isto aqui é uma sequência só para verem o percurso do animal.-----

----- Aqui é o animal na clínica, aqui é o animal no parque de reabilitação e aqui é o animal a ser libertado, esta parte, é a parte que nós gostamos mais. -----

----- Agora, porque nós temos orgulho nisto, vou vos mostrar uma imagem da primeira águia-imperial-ibérica que é um animal com estatuto absolutamente prioritário, que foi a primeira águia-imperial que foi libertada por um Centro em Portugal, que foi pelo LxCRAS, e trata-se exatamente deste animal, que aqui já o podemos ver aqui em liberdade, e foi para nós todo um orgulho. -----

----- É claro para temos estes resultados no LxCRAS, há fatores importantíssimos que são: as instalações, e as nossas instalações foram criadas praticamente ao início, portanto as nossas instalações são muito insuficientes para os animais que nós recebemos, no entanto, já existe sensibilidade suficiente por parte de quem decide, e já foi feito um *masterplan*, e esperamos que este ano sejam pelo menos concluídas as obras da clínica, para a seguir serem concluídos a parte seguinte que são os parques de reabilitação, e todas as restantes estruturas do Centro, que é absolutamente essencial. --

----- Em relação aos recursos materiais, o CRAS encontra-se sempre com os recursos materiais que são sempre fornecidos pela Câmara Municipal de Lisboa, sempre, e nós temos sempre em quantidade suficiente: medicamentos consumíveis clínicos, alimentação, pela variedade de animais que nós temos, nós temos uma panóplia de alimentos completamente diversificada.-----

----- Além, de outros equipamentos que vamos tendo necessidade e que vamos solicitando e que nos vão dando ajudas em muitas investigações que são necessárias fazer. -----

----- E também é preciso uma coisa muito importante, que é uma equipa, que são os recursos humanos. -----

----- Nós contamos com a ajuda de voluntários também, mas eu não queria deixar de mencionar que para um trabalho destes, que é um trabalho que é feito trezentos e sessenta e cinco dias por ano, incluindo o dia do Natal, o dia da Páscoa, e todos esses dias, e em época de crias, não temos horas nem de entrada, nem de saída, todas as pessoas colaboram. -----

----- E a equipa do CRAS é composta: pelo Almor Ferreira que é o tratador da CML, pelo Armando Monteiro que é um tratador da CML, pelo Pedro Salgueiro e a Paula Fernandes que também são dois tratadores que entraram no mês passado para o apoio ao internamento, e que fizeram toda a diferença, pela Erica Brazio, que é médica veterinária também da CML, pela Eva Palma, que é engenheira alimentar da CML, por mim, que sou esta aqui, médica Manuela Mira, sou médica veterinária, também da CML, pela Inês Caetano Varanda, que é uma colega nossa que está especializada, quer dizer, que a formação dela tem sido nesta área há mais de seis anos, mas que está ainda em situação ainda de precariedade na CML, ainda é precária, e pela Verónica Bogalho, que é a nossa bióloga, e que está precária há doze anos na Câmara. -----

----- É claro que nós temos a certeza absoluta que estas situações todas irão ser ultrapassadas, por uma questão de vontade de quem dirige, de quem regulamenta e de quem decreta. -----

----- Porque sem esta equipa nós efetivamente não conseguiríamos trabalhar. -----

----- É claro, que estando nós todos numa estrutura camarária é necessário que todos nós somos isto que está aqui, porque não temos ainda um apoio administrativo a

tempo integral, portanto, todas estas pessoas que estão aqui, nomeadamente as últimas cinco, vivemos também entulhados e com necessidade de fazer alguns procedimentos administrativos que são fundamentais dentro da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Agradeço, penso que era isto que era pretendido de mim dar a conhecer, quero dizer que isto foi apenas uma montra do que é o LxCRAS. -----

----- O LxCRAS é muito mais do que isto, nomeadamente no que diz respeito a alguns pontos que eu mencionei, ali atrás, depois por acaso se houver alguma dúvida, ou no futuro se quiserem, poderemos fazer umas apresentações diferentes e mais direcionadas para outras áreas.-----

----- Muito obrigada.” -----

----- (O *PowerPoint* entregue pela Oradora convidada Doutora Manuela Mira fica anexado a esta transcrição como **Anexo II** e dela faz parte integrante.)-----

----- **A Moderadora, Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Doutora Manuela Mira, aqui com alguns minutos de tolerância relativamente ao interesse obviamente que todas as apresentações nos despertam. -----

----- Passaríamos agora a palavra ao Comissário Bruno Branco, do “Projeto Defesa Animal” da Polícia de Segurança Pública em Lisboa.-----

----- E relembra que devem fazer as vossas inscrições, quer as associações que estão presentes, quer o público que queira depois fazer uma intervenção devem-se dirigir às mesas laterais para fazerem a inscrição, ainda não recebemos até agora essa indicação, muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Subcomissário Bruno Branco na qualidade de Orador Convidado**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Boa tarde a todos. -----

----- Começo por agradecer o convite endereçado à Polícia de Segurança Pública, para fazermos aqui a nossa apresentação, nomeadamente da vertente o “Projeto Defesa Animal”, que é a parte mais virada para o tema do debate de hoje. -----

----- Começo por me apresentar, sou o Comissário Bruno Branco, sou desde 2017 o Chefe da Brigada de Proteção Ambiental do Comando Metropolitano de Lisboa, e por inerência sou o responsável direto pelo “Projeto Defesa Animal” da PSP, e é nesse âmbito que estou aqui hoje para vos fazer uma pequena apresentação daquilo que é o “Projeto Defesa Animal.” -----

----- Vou passar a minha apresentação temos dez minutos, tentava passar o mais rápido possível, também para dar mais tempo na parte do debate para poder satisfazer algumas das vossas dúvidas. -----

----- Isto é o nosso organograma da Brigada Proteção Ambiental, é importante mostra-vos apenas para vos dizer que nós somos atualmente constituídos por duas equipas de proteção ambiental que fazem toda a área metropolitana de Lisboa, que vai desde o concelho de Oeiras, Cascais, Vila Franca. -----

----- E depois temos inserido na Brigada de Proteção Ambiental este projeto, projeto novo, que é o “Projeto de Defesa Animal”, ao qual eu passaria a explicar mais à

frente, e temos uma pequena seção de processos, porque tudo isto cria processos de inquérito, ao qual temos que dar algum andamento e fazer a inquirição de algumas testemunhas. -----

----- O “Projeto Defesa Animal” foi lançado em 2015, através de uma campanha que foi a campanha de maus-tratos a animais de companhia, maus-tratos são crime, vem na sequência da Lei que penaliza os maus-tratos a animal de companhia, e serve para isso mesmo, alertar para os abusos cometidos contra os animais. -----

----- Este projeto funciona com um *e-mail* e com uma linha de atendimento telefónico, o *e-mail* da defesa animal que é sobejamente conhecido, e fazemos o tratamento e o reencaminhamento das denúncias de todos os crimes que lá são denunciados. -----

----- Desde 2017, somos também responsáveis pela formação dos detentores de cães perigosos e potencialmente perigosos, que decorre da Lei dos animais perigosos. -----

----- Isto foi a campanha que foi lançada, muito provavelmente já viram nas esquadras e nas Juntas de Freguesia este cartazes, teve um impacto bastante positivo na sociedade civil, e também daí termos aumentado o número de denúncias recebidas contra os animais de companhia. -----

----- Desde 2017, sentimos uma necessidade fruto das muitas denúncias que nos chegavam, sentimos uma necessidade de formar elementos de policiais com uma formação específica na área dos maus-tratos, foi criada assim aquilo que nós designámos informalmente por equipas especializadas do “Projeto Defesa Animal”. ---

----- São equipas que não funcionando hierarquicamente da dependência da BriPa, funcionam nas divisões policiais, isto é, estão mais perto da população, estão nas esquadras territoriais, estão nas divisões territoriais, e que têm assim uma formação específica, formação essa dada por alguns parceiros, nomeadamente Provedoria do Animal de Lisboa, tem sido um parceiro ativo, na parte de formação destes elementos. -----

----- Estas equipas funcionam principalmente para dar uma resposta mais célere e eficiente às denúncias que são recebidas. -----

----- Todos nós sabemos que as denúncias de animais de companhia, algumas delas são difíceis de interpretação, carecem de uma sensibilidade diferente, e então passámos por uma formação mais específica destes elementos. -----

----- Não trabalham em exclusivo, mas sempre que é necessário auxiliam a BriPa e auxiliam o “Projeto Defesa Animal” na fiscalização destas ocorrências, esperamos assim ter incrementado também uma qualidade prestada ao cidadão, e estamos sistematicamente a atualizar procedimentos, a formar mais elementos, e dar uma formação ainda mais específica. -----

----- Como podem ver isto é o Comando Metropolitano de Lisboa, e em cada uma das Divisões Policiais Territoriais, temos de momento uma equipa especializada para fazer face às denúncias de maus-tratos. -----

----- Toda a formação que foi dada a estes elementos, assenta principalmente nestes cinco tópicos, quer a parte jurídica importantíssima principalmente para um órgão de polícia criminal, depois também uma parte comportamento animal, bem-estar animal, algumas regras de captura e resgate e importante a medicina veterinária e forense como complemento às investigações criminais. -----

----- Como é que nós atuamos? -----

----- Através da receção das denúncias do “Projeto Defesa Animal”, fazemos uma pequena triagem. Esta triagem é importante, desde logo para dar uma atenção mais especializada, e mais urgente aos casos que realmente interessam. -----

----- Chega-nos centenas de denúncias por mês, não estou a mentira, são centenas de denúncias por mês, em que a parte factual criminal é muito reduzida, depois de fazer uma pequena triagem, e colocar algumas questões, nós percebemos claramente que não está em causa um crime de maus-tratos a um animal de companhia, está em causa crimes de quezílias de vizinhança, ruídos, que tem uma atuação policial diferente, e não tão urgente. -----

----- O que nos interessa mesmo é descortinar tudo aquilo que são casos graves, e que são casos que merecem uma atuação urgente. -----

----- Após essa triagem, fazemos um reencaminhamento para a entidade competente, se for na área da GNR, fazemos o reencaminhamento para a GNR, se for na nossa área, fazemos o reencaminhamento, quer para a Divisão Policial, quer para o Comando Territorial, isto porque o “Projeto Defesa Animal” recebe denúncias de todo o país. -----

----- Em cada denúncia fazemos uma averiguação, ou uma fiscalização e aqui envolvemos as entidades que forem necessárias, desde médicos veterinários municipais às nossas equipas de investigação criminal, consoante a denúncia em si. ----

----- Depois fazemos tudo que é expediente, criminal, contraordenacional, e damos uma pequena informação ao denunciante quando o mesmo se identifica, quando é feito de forma anónima, damos uma pequena informação apenas para descansar a pessoa e dizer que “*o seu caso foi tratado*”, salvaguardando tudo o que é informação confidencial, mas para evitar que haja uma duplicação de denúncias *a posteriori*. -----

----- Estas não são imagens tão bonitas como mostradas pela Doutora do LxCRAS, mas são alguns casos em que nós nos deparamos de denúncias que nos chegam. -----

----- Esta foi uma situação de uma residência onde viviam, penso que vinte e sete animais de companhia, maioritariamente cães, em que além do crime que poderá estar associado crimes de maus-tratos, está aqui um caso de saúde pública e um caso de insalubridade que muitas das vezes está associado. -----

----- E nós tentamos atuar de maneira completa, e tratar não só a parte criminal de maus-tratos a animal de companhia, mas também aqui uma importante vertente humana de tratar esta pessoa de fazer os internamentos compulsivos, de vários médicos veterinários municipais ou os delegados de saúde e tentar tratar estas ações num todo.-----

----- Estes são alguns dos animais que foram retirados, e aqui alerta-vos e dar-vos a informação, que para nós um crime de maus-tratos de animal de companhia é casuístico e é individual, isto é, o facto de ter vinte e sete animais numa residência para nós, estão vinte e sete vítimas de crime e são todas elas tratadas individualmente.-

----- Fazemos uma reportagem fotográfica individual, há uma avaliação médica veterinária individual para cada animal, e tudo isto é lavrado depois para a auto-de-notícia para ser remetido ao Ministério Público. -----

----- Em termos de balanço estatístico do PDA.-----

----- Isto são as denúncias, pedidos de informação que nos chegam ao “Projeto Defesa Animal”, e o “Projeto Defesa Animal” funciona atualmente com um número de efetivos muito reduzido na sua sede, até para poder libertar mais ou menos para o terreno. -----

----- Isto são os pedidos de denúncia quer que chegam por *e-mail*, principalmente por *e-mail* porque os contactos telefónicos nós já contabilizamos de um modo muito reduzido, são às dezenas por dia os contactos telefónicos e nós optamos por contabilizar apenas as denúncias criminais.-----

----- Mas como podem ver o ano 2018 houve um aumento de solicitações do “Projeto Defesa Animal”, o que por si só é sintomático do nosso reconhecimento e da publicidade que tem sido feita ao projeto.-----

----- Das denúncias que nos chegam maioritariamente o Comando Metropolitano de Lisboa, mas temos também importantes números de denúncias que são reencaminhadas, quer para outros comandos da PSP, quer para a área da GNR. -----

----- Já tivemos inclusivas denúncias que nos chegaram do país do Brasil e que reencaminhamos para a Polícia Brasileira para ser tratada, através de alguns contactos que tínhamos.-----

----- Em termos do Comando Metropolitano de Lisboa, a parte do concelho de Lisboa é onde está identificado, primeira, segunda, terceira, quarta e quinta Divisão Policial contabiliza um total de perto duzentas e cinquenta denúncias recebidas o ano passado, isso são denúncias apenas recebidas no “Projeto Defesa Animal”, não estão contabilizadas todas as denúncias, e são bastantes, que são recebidas nas esquadras policiais, isto apenas no “Projeto Defesa Animal” na BriPa, depois os concelhos de Loures e Sintra, aqueles que oferecem também mais preocupação.-----

----- Eu tomei a liberdade de pôr aqui este quadro, só para verificarmos os meses de verão, realmente são os meses que nos apresentam com um aumento de denúncias e pedidos de informação, isto é, aquilo que se diz que no verão há mais abandonos, há mais criminalidade contra os animais.-----

----- Em termos de informação que nos chega e de denúncias pelo menos aí podemos contabilizar como positivo.-----

----- As denúncias chegam-nos principalmente via *e-mail*, e são maioritariamente relativos a animais de companhia, canídeos, a gatídeos e já temos um importante faixa de cavalos e de equídeos e de outros animais de quinta, mas maioritariamente, cães e gatos.-----

----- As denúncias que nos chegam são também maioritariamente relativas a maus-tratos pelo menos na sua base, por parte dos denunciantes apresentam-nas como maus-tratos, conteúdo, ainda há uma grande percentagem cerca de 55% das denúncias que nos chegaram o ano passado, em que não se confirmava a denúncia, isto é, também há aqui um extrapolar de informação por parte dos cidadãos, que há pouca informação, e todos eles pensam que crimes de maus-tratos a animal de companhia é muito abrangente, em termos legislativos conseguimos constatar que não é assim tão vérdico, mas ainda há muitas denúncias que são feitas e que não se confirmam.-----

----- Em termos de processos remetidos pela PSP para Tribunal, são dados da DGPI, são dados oficiais, nos últimos três anos, não contabilizando 2018, e que ainda não há dados disponíveis, mas 2015, 2016 e 2017, cerca de dois mil e quinhentos e cinquenta processos remetidos para Tribunal, sendo que, perto de mil foram do Comando Metropolitano de Lisboa. -----

----- Porque não só de crime, nós fiscalizamos, pôs aqui um pequeno quadro dos autos-de-notícia por contraordenação, nós consideramos também ser importante, até como efeito preventivo para as pessoas, antes de chegar ao crime temos uma parte contraordenacional toda ela pode ser fiscalizada, e que serve como um “abrir de olhos” para os proprietários, e temos também, um importante número de contraordenação remetidos para as entidades competentes. -----

----- Isto foi a minha apresentação, fico depois disponível para qualquer dúvida. -----

----- Obrigado.” -----

----- (O *PowerPoint* entregue pelo Orador convidada Comissário Bruno Branco fica anexado a esta transcrição como **Anexo III** e dela faz parte integrante.) -----

----- **A Moderadora, Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Comissário. -----

----- Vamos então dar a palavra ao Doutor Pedro Delgado Alves, Deputado na Assembleia da República, impulsor de várias legislações sobre os maus-tratos aos animais, e cria também o estatuto jurídico do animal, e também Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar.”-----

----- **O Senhor Doutor Pedro Delgado Alves na qualidade de Orador Convidado,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos e a todas. -----

----- Em primeiro lugar, gostaria também de saudar todos os restantes companheiros do painel, e as pessoas que estão hoje aqui presentes.-----

----- E fundamentalmente, gostaria de focar um aspeto fundamental daquilo que tem sido, ou daquilo que procura ser ao longo dos anos a evolução do enquadramento jurídico em torno da proteção animal. -----

----- O tema do nosso painel hoje, aborda no quadro mais abrangente dos debates temáticos sobre este assunto, o papel da sociedade civil, e a forma como ela pode ser chamada a interagir na garantia do bem-estar animal, e na defesa animal, e fundamentalmente o problema com o qual nos debatemos hoje, já não é tanto aquele que registávamos há uns anos a esta parte, que se prendia com a ausência de enquadramento jurídico suficiente para intervenção junto dos problemas registados, seja através de denúncias junto das forças de segurança, seja mesmo através da intervenção das entidades públicas, mas fundamentalmente um problema em grande parte de implementação. -----

----- O que não significa, que não existam, já lá iria também, problemas ao nível da qualidade da legislação produzida, ou seja, há um processo de aprendizagem que está a decorrer, e bem sabemos que junto das forças de segurança, junto dos agentes judiciais, que muitas vezes a legislação que temos ainda é insuficiente, porque

equivoca, ou insuficiente porque nem sempre foi possível construir um consenso tão alargado tanto como gostaríamos, ir tão longe quanto seria necessário para assegurar uma proteção cabal e completa, e uma garantia do bem-estar animal, como digo já lá iria, mas fundamentalmente aquilo que nos pode convocar aqui hoje, é a forma como os cidadãos e as entidades públicas, portanto, na sua dupla dimensão, de partes da sociedade civil, se podem mobilizar por um lado e organizar para garantir o cumprimento da legislação, e da forma como ela deve evoluir. -----

----- Como dizia, a legislação que temos e a Doutora Inês, referiu aqui uns aspetos, nomeadamente o estatuto jurídico do animal, mas em particular, se calhar com um impacto simbólico muito grande, mas com um impacto prático menor, de que por exemplo tem a legislação sobre a criminalização de maus-tratos a animais de companhia, porque essa efetivamente tem um alcance muito imediato na forma como as entidades públicas e as entidades privadas abordam a matéria.-----

----- Mas como dizia, não obstante estas alterações, em particular as alterações à legislação penal têm vindo a ser reconhecidas globalmente pelos vários operadores, como ainda insuficientes, ou imprecisas a vários dos níveis em que é necessário dar resposta. -----

----- Uma primeira questão que se coloca a este respeito, prende-se com o facto de ela se ter circunscrito aos animais de companhia, obviamente, a opção do legislador decorre em grande medida daquilo que são as maiorias parlamentares em cada momento, a possibilidade de construir regimes jurídicos que alcancem o grau de consenso máximo, felizmente foi possível dar este passo, mas efetivamente não foi possível ir mais longe, alargando a outras espécies de animais, a proteção jurídica ou penal, que resulta, aliás, da própria legislação, que desde a década de noventa reconhece como ilícito e como um contrário à ordem jurídica a ideia de que se pode infligir maus-tratos aos animais, aos animais no seu todo, portanto a nossa legislação da década de noventa é clara em dar nota de que não são comportamentos toleráveis, o que faltava de alguma forma, era o complemento, a consagração de uma sanção penal que o acompanhasse. -----

----- Também sabemos, é um tema que se o abrimos agora, gastamos a tarde toda, que há várias atividades económicas, enfim vou tentar ser eufemístico, e dizer supostamente culturais, porque sabemos do que é que eu estaria a falar a seguir, mas é incorreto dizer que “*supostamente culturais*”, porque é uma atividade cultural. O facto de ser uma atividade cultural, não significa que não seja...estou a falar de tauromaquia evidentemente, o facto de ser uma atividade cultural que é reconhecida como cultural não significa que seja tolerável, ou seja manifestações culturais, por si só não têm valor absoluto para garantir que ela se mantenha licitamente na ordem jurídica, portanto às vezes há este equívoco de dizer “*bom, bom, não é uma atividade cultural e portanto resolve-se o problema assim*”, não, não, eu acho que devemos reconhecer que é uma atividade cultural, no meu entender é uma atividade cultural bárbara, e uso-a com toda a propriedade, e uso a expressão com todo o alcance que ela deve ter, mas isso não significa que resolva o problema automaticamente, e que seja assim tão simples de soprar o problema. -----

----- Mas como dizia, ao nível da legislação que produzimos ela circunscreveu-se aos animais de companhia, em relação aos quais havia um consenso social muito claro no sentido de dar nota de que era necessário que o legislador acautelasse também a proteção dos animais de companhia.-----

----- Mas como dizia, este primeiro aspeto ficou em aberto, têm sido várias as iniciativas que junto da Assembleia da República têm peticionado o alargamento da proteção jurídica ou penal nesta sede, não bem-sucedidas até ao momento, mas levanta uma primeira área de intervenção que também cria dificuldades aos próprios agentes que estão no terreno, de variada natureza, as forças de segurança, os agentes judiciais que é quando se deparam com situações em que existem maus-tratos que não estão dirigidos a animais de companhia.-----

----- Mesmo em contexto urbano, e aqui a experiência da Casa dos Animais, a experiência da Provedoria em vários momentos é reveladora disso mesmo, muitas vezes temos o enquadramento de espécies que não estão protegidas pela legislação penal, e que ainda com boa vontade aplicativa ou criativa do intérprete dificilmente se consegue fazer essa construção, aliás, ainda que identifique o animal de companhia como sendo objeto de proteção penal a Lei deixa desde logo, duas dúvidas.-----

----- Em primeiro lugar, o que é que sucede e qual é o tratamento a dar aos animais errantes, ou seja, uma vez que eles não estão identificados ou não são identificáveis como tendo um tutor que poderia alegar-se que verdadeiramente não seriam animais de companhia, porque o conceito de animal de companhia não estaria preenchido, uma vez que ele não estaria associado a um ser humano tutor, e portanto esta dificuldade poder-se-ia colocar, eu acho que é superável, eu acho que a Lei tem como pressuposto a ideia que existem animais que por natureza são espécies que são consideráveis e classificáveis como animais de companhia, e portanto, nesse sentido, independentemente de ser um cão errante, independentemente de ser um gato silvestre, ele é qualificável como animal de companhia para efeitos da tutela penal, e portanto, é possível essa intervenção.-----

----- Questão diferente, coloca-se quando o problema é o inverso, ou seja, quando temos um animal quando não sendo associável às espécies que normalmente que teríamos como expectável como sendo animais de companhia, cães, gatos, periquitos, animais domésticos se quisermos usar outra expressão, mas deparamo-nos com uma função que o animal desempenha, que é em tudo equiparável a de um animal de companhia, nomeadamente, pessoas que têm um porco de estimação, por hipótese, ou outras espécies como equídeos, a questão que se coloca aí, é verdadeiramente podemos ou não puxar a aplicação da Lei, é um aspeto como digo controvertido, em que a boa vontade de alguns intérpretes não permite uma leitura transversal e que dê uma resposta inequívoca.-----

----- E obviamente, isto gera dificuldades e um tratamento assimétrico das realidades que temos que tratar, porque obviamente nem sempre é possível perante uma circunstância em que estamos, perante um universo de várias espécies de vários animais num mesmo lugar a sofrer maus-tratos, poder dar uma resposta integral, idêntica para todos os casos.-----

----- Mas este é apenas um, dos primeiros problemas com os quais nos deparamos isto no plano da legislação. -----

----- Um segundo prende-se com um facto que pode parecer, não digo caricato, mas pode parecer estranho, mas que se prende com o facto de a própria identificação do que é o ato ilícito dirigido contra os animais de companhia, deixar de fora a morte quando esta é provocada sem dor. -----

----- Ou seja, uma interpretação que tem dominado, é que a ideia se a legislação não visa em primeira linha prevenir a existência de maus-tratos contra animais, se a morte de um animal for provocada sem ser infligida dor, ela não estaria segundo algumas leituras submetida à tutela penal, e portanto, nestes casos estaríamos perante um caso que ficaria fora do enquadramento pretendido. -----

----- Obviamente, também há leituras diferentes da norma, portanto em meu entender, penso que é um dano sujeitável de ser enquadrado neste domínio, mas não é uma leitura uniforme, não é uma leitura unânime, e portanto, nesse sentido também este aspeto tem sido colocado “em cima da mesa” várias vezes, a este mesmo nível. -----

----- E finalmente, num aspeto que já não tem a ver com a substância, mas é igualmente importante porque é processual, é complementar, que é o aspeto relativo ao universo das medidas cautelares e das medidas preventivas, que podem ser determinadas no contexto das sanções assessórias, até medidas cautelares com vista a robustecer a capacidade de intervenção das autoridades públicas por um lado, e também nas forças de segurança. -----

----- Portanto, se eu tivesse que identificar aspetos que ainda cumpre assegurar na alteração da legislação, e algo no qual a mobilização da sociedade civil é absolutamente fundamental, eu identificaria estes aspetos da legislação penal. -----

----- Porque mais uma vez, não o disse, mas acho que estava implícito, não estava implícito, tenho mesmo que dizê-lo, as alterações legislativas em causa, resultaram também do esforço que os cidadãos encetaram ao peticionarem o Parlamento, em vários momentos, seja em sede de legislação em maus-tratos a animais de companhia, seja no que respeita a alteração e a criação de um estatuto jurídico dos animais, seja até na revisão muito pontual que se introduziu em 2015, na legislação aprovada no ano anterior e que ainda assim corrigiu ligeiramente algumas das questões que a versão inicial da Lei nº 69 de 2014, não acautelava. -----

----- E portanto, num painel vocacionado em grande medida para definirmos as pistas para como a sociedade civil pode colaborar na melhoria do quadro aplicável ao bem-estar animal, este é seguramente um deles, a mobilização, a capacidade de intervenção, para lá dos canais estritamente representativos, mas também através dos canais da participação direta e da participação através da via da petição, da petição e de outras formas de intervenção cívica, evidentemente. -----

----- Em segundo lugar, portanto focado este primeiro aspeto relativamente à legislação penal que não é isso menos, um aspeto que talvez ao longo do último ano e meio dois anos, que tem permitido dar uma atenção particular de forma como as Autarquias locais, e a forma como a sociedade civil pode encarar a temática tem sido a opção que teve felizmente eco público, ou suficiente em torno da alteração ao

regime de funcionamento e da possibilidade de abate no quadro dos canis, ou nos centros de recolha animal, geridos pelos Municípios.-----

----- É certo, que não seja o tópico mais relevante de um painel, o num debate a ter lugar em Lisboa, uma vez que Lisboa se antecipou em grande medida à Lei, não em grande medida, mas tomou esta opção já há muitos anos, foi capaz de construir uma política pública associada ao bem-estar animal que não desligava as outras obrigações municipais desta tarefa, nomeadamente, e reforçando políticas na área da adoção, tendo claramente também uma estratégia vocacionada sempre que possível, e muitas vezes em parceria com as associações para a esterilização, mas que verdadeiramente mostra que é perfeitamente possível, e Lisboa é um bom exemplo disso, é perfeitamente possível, e sendo possível no maior Município do país, será seguramente dos de menor dimensão, é perfeitamente possível assegurar a implementação da Lei, sem que daí se crie o ruído e o acicatar de ânimos ou até às vezes passar mensagens contraditórias, e até às vezes, enfim também não quero ser excessivo ao dizer que são intencionalmente destinadas a provocar o medo, mas que muitas vezes chamo à colação o risco de matilhas de animais selvagens que agora percorreriam as ruas de todo o país, por força do descontrolo provocado por esta opção.-----

----- Ora a cidade de Lisboa, tomou esta opção de forma consciente há vários anos, e foi capaz de adotar as medidas complementares para assegurar que esse cenário dantesco e apocalíptico que não teria lugar, basta apenas haver e aqui o papel, volto a dizê-lo fundamental dos cidadãos na interação e na prestação de contas junto dos seus decisores basta chamar à colação os decisores públicos.-----

----- É necessário investimento, é necessário acautelar e não desconsiderar os outros aspetos, uma política de bem-estar animal, que tem que ser integrada, mas ela tem que ter lugar.-----

----- E por isso, talvez não seja o local para “puxar as orelhas” a ninguém porque no contexto na cidade de Lisboa, o ponto não é esse.-----

----- Mas o nosso exemplo, e a mobilização que todos os ativistas podem retirar do trabalho que foi feito em Lisboa, é a demonstração de que é possível mudar de paradigma, e é possível recorrer a uma forma diferente de encarar as políticas públicas, sejam quando elas são transversalmente relevantes para o efeito, seja quando apenas incidem especificamente sobre o bem-estar animal, como é aqui o caso.-----

----- Como já me estou a alongar um bocadinho para lá do tempo, deixava uma derradeira nota, sim, para lá destes dois aspetos que penso que são os mais transformadores nos anos recentes.-----

----- Quanto à terceira dimensão, que eu acho que associada à legislação, e associada às associações no contexto digamos do ativismo e da mobilização social, que é a da componente educativa.-----

----- A inserção curricular de aspetos relativos ao bem-estar animal, a capacidade de promoção de ações de sensibilização e de valorização das políticas públicas do bem-estar animal junto das camadas mais jovens da população, tem um efeito transformador tremendo.-----

----- Eu acho que hoje o enraizamento do reconhecimento do bem-estar animal como um eixo relevante nas políticas públicas se fazem em grande medida, porque há uma mudança de atitude e de paradigma em relação à forma como encaramos, ou como as gerações mais novas vão encarando a questão.-----

----- Não acho que seja tanto uma questão de colocar o problema como ela às vezes é colocada como se existisse um choque potencial entre o mundo rural, e o mundo urbano e como este fosse um separador das águas no que diz respeito ao debate em torno das questões do bem-estar animal, longe disso.-----

----- Eu acho que são questões que envolvem os cidadãos onde quer que eles se encontram, eu acho que a questão sobre como nos organizamos para em conjunto habitar o planeta, e em conjunto conviver assegurando o máximo de bem-estar, o máximo de realização a todas as espécies passa também, por um esforço de educação, e passa por um esforço de inclusão, volto a dizer, senão curricularmente porque ela é mais difícil, pelo menos naquilo que complementarmente Municípios, Freguesias a sociedade civil podem encetar e promover junto das escolas e junto dos mais jovens, porque esse caminho penso eu será muito mais bem-sucedido a longo prazo, do que a mera alteração da Lei.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Moderadora, Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Antes de passarmos a palavra ao Doutor Bruno Rolo, gostaria de relembrar que os particulares que se desejem inscrever para falar ou colocar perguntas aos Oradores da Mesa devem-se dirigir às mesas laterais.-----

----- Recordo que vamos ter um período de debate disponível precisamente para respostas dos Oradores e da Mesa, às questões que sejam colocadas.-----

----- Passava então a palavra ao Doutor Bruno Rolo, Médico Veterinário.”-----

----- **O Senhor Doutor Bruno Rolo na qualidade de Orador Convidado**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde a todos.-----

----- Em primeiro lugar queria agradecer o convite, cumprimentar a Mesa e todos os presentes.-----

----- Desde já começar por dizer, é com grande prazer que regresso aqui a esta casa que durante quatro anos que tão bem me acolheu, embora em outras funções diferentes daquelas que hoje aqui me trazem.-----

----- Gostaria também de dizer que apesar de participar em diversas estruturas associativas tanto a nível da profissão médica ou veterinária na sociedade civil, hoje estou aqui a título pessoal, as opiniões que aqui expressarei são deste modo apenas em nome de um médico veterinário profissional liberal acerca de vinte anos, na área da clínica dos animais de companhia, e enquanto tal se encontra obrigado no exercício da sua atividade em consideração e respeito pelo bem-estar animal, pela salvaguarda e promoção da sanidade animal, e também na defesa da saúde pública, guiado por conhecimentos técnico ou científicos e sobre os valores da ética e da deontologia profissional.-----

----- Como contributos à discussão de hoje, trago aqui alguns tópicos dos quais gostaria de destacar em primeiro lugar a identificação animal.-----

----- Conforme orientação da Assembleia da República, está em evolução, ou em desenvolvimento um novo processo legislativo que possibilitará a unificação das bases de dados de identificação de registo animal, que há muito era a própria opinião pública e a classe profissional veterinária reivindicava, e também o alargamento aos felídeos e aos furões vai ser criada uma obrigatoriedade de identificação eletrônica através de *microchip* a estas espécies.-----

----- Esta medida terá grande importância no sentido de aumentar a população animal registada.-----

----- Permitindo não só uma recuperação mais rápida e eficiente dos animais perdidos, como também melhores recursos para uma prevenção, uma maior prevenção de abandonos, diminuindo assim a probabilidade de um abandono não rastreável pelas autoridades.-----

----- Permite também uma maior fiscalização, com a conseqüente responsabilização dos seus detentores ou proprietários.-----

----- Em segundo lugar, queria também referir a importância da prestação dos cuidados médicos ou veterinários, cujo a evolução técnica ou científica que nas últimas décadas tem contribuído de forma determinante para a melhoria das condições de vida dos animais de companhia.-----

----- Neste momento o problema já não se prende com a inexistência de meios, ou a centralização geográfica de recursos nos cuidados de saúde do animal, prende-se sim com o acesso aos mesmos devido ao aumento de custos inerentes ao desenvolvimento da qualidade da prestação desses serviços, o que pode apresentar condicionantes para uma parte significativa da população.-----

----- Algumas das soluções em discussão, e já propostas à sociedade civil são por exemplo a baixa da carga fiscal ou a introdução de mecanismos de participação, como planos ou seguros de saúde animais.-----

----- Mas, em meu entender a verdadeira solução passará sempre pelo aumento do nível de vida e a melhoria das condições económicas das populações, principalmente pelos detentores de animais de companhia.-----

----- Aumentando assim a sua capacidade de acesso aos cuidados de saúde de uma forma generalizada, e sendo as outras situações aqui referidas apenas uma forma complementar de atenuar o problema, e não de resolver o problema pela base.-----

----- Em terceiro lugar, salientava a importância de um aconselhamento adequado e da ponderação que é necessária na escolha num animal de companhia quanto à sua espécie, raça ou porte, e também às suas características comportamentais, como um fator determinante na redução do insucesso que existe muitas vezes na adaptação e na integração familiar.-----

----- Assim, como na sua sociabilização com outras pessoas e animais, isto poderia evitar, e deverá evitar situações de potenciais conflitos sociais e de vizinhanças, que são muitas vezes conducentes a maus-tratos ou até ao abandono.-----

----- Desta forma, e conjuntamente com a possibilidade de ações de formação de treino básico de obediência que eventualmente até deveriam ser obrigatórias no caso dos canídeos, poderemos promover uma maior liberdade de circulação de espaços públicos de forma responsável, e uma maior tolerância por parte da comunidade aos animais de companhia.-----

----- Em quarto lugar, queria levantar o problema da ineficácia que existe ainda na fiscalização do cumprimento da legislação.-----

----- Visto que ao nível das autoridades, tanto policiais como civis, existe para já uma grande falta de meios humanos e materiais para fiscalizar e fazer cumprir as obrigações legais.-----

----- Só para dar um exemplo, toda a gente que faz clínica sabe, encontra-se um animal abandonado vai-se a uma esquadra nem um leitor de *microchip* há, tem que se ir ao veterinário que é ali ao lado ver de quem.-----

----- Portanto, as autoridades sejam policiais ou civis não estão muitas vezes munidas de meios materiais e humanos.-----

----- Por outro lado, parece haver um défice na formação e sensibilização de muitos agentes destas autoridades, policiais e civis para as questões da proteção animal.-----

----- E portanto, muitas vezes a população se queixa de falta de atenção nas denúncias, falta de atenção em resolver problemas do dia-a-dia quando se encontra por exemplo um animal maltratado ou abandonado, e nós como clínicos que temos porta aberta, muitas vezes depois somos confrontados com essas situações.-----

----- Por outro lado, a questão das coimas e contraordenações.-----

----- Existe legislação, as coimas e contraordenações estão previstas na Lei, mas muitas vezes por exemplo estão a cargo das Autarquias Locais, e isto cria muitas vezes uma ausência de atuação em função de estratégias políticas ou eleitorais, resulta muitas vezes das contradições de que os visados ou os atuados serão muitas vezes os próprios eleitores da entidade que os vai autuar, e portanto, isto cria aqui grandes contradições, que são muitas vezes insanáveis.-----

----- Por fim, mas não menos importante mencionar os centros de recolha oficiais, e também dos canis e gatis privados.-----

----- Visto que os existentes já estão normalmente sobrelotados, a nova legislação aprovada contribuiu decisivamente para o agravamento da situação, em termos de sobrelotação.-----

----- Portanto, sem a criação de uma verdadeira rede de centros de recolha ao nível de todo o território nacional, acrescida de fortes medidas na prevenção do abandono, na promoção de adoções responsáveis e no controlo sanitário e reprodutivo dos animais errantes, é mais que justa e legítima proibição legal da eutanásia dos animais saudáveis como forma de controlo das populações, que foi recentemente aprovada, poderá resultar em muitos casos num lamentável quadro negro de condenações massivas a prisão perpétua como alternativa da abolição da pena capital.-----

----- Acresce, que por falta de meios para recolher todos os animais errantes, existe o risco da formação de matilhas, e aqui queria pedir desculpa ao meu antecessor mas eu acho no país real existe o risco de criação de matilhas a longo prazo, se não houver

uma capacidade de recolher todos os animais errantes, associada às outras medidas que eu já identifiquei. -----

----- E este risco terá muitas consequências tanto na saúde pública, como na segurança das populações, populações animais e humanas.-----

----- Quanto aos gatos, pelo contrário, penso que deveriam ser ponderadas medidas alternativas às tendências acumuladoras que são vigentes nesta altura. -----

----- Sendo até desejável sempre que possível a promoção de programas para organização e monitorização de colónias em vida livre. -----

----- Resumindo e concluindo, sendo importante a boa vontade e voluntarismo, são insuficientes para a resolução destes problemas.-----

----- Na proteção animal o foco deve ser colocado na prevenção, privilegiando-se medidas e ações no plano educativo e pedagógico, que promovam preocupações com o bem-estar animal, respeito da convivência harmoniosa entre os seres humanos e os animais e também medidas que promovam melhoria das condições de vida das populações e do aumento dos seus rendimentos de forma a garantir os tratamentos necessários aos seus animais lhes possam ser prestados, de forma mais generalizada. --

----- Também deve ser um in foco colocado no investimento em meios administrativos, sanitários e inspetivos que coloquem o Estado como promotor do bem-estar animal. -----

----- Compete assim ao poder político que está aqui presente criar melhores condições para que a sociedade civil possa exercer o seu papel de forma ainda mais responsável em prole da proteção animal.-----

----- Muita coisa ficaria por dizer, eu estou disponível para algumas questões mais práticas no âmbito da clínica de animais de companhia que queiram colocar. -----

----- Agradecer mais uma vez o convite e atenção dispensada, e desejar uma boa-tarde. -----

----- Obrigado.” -----

----- **A Moderadora, Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Doutor Bruno, passaria agora a palavra ao nosso Bastonário da Ordem dos Médicos Veterinários, Doutor Jorge Cid.”-----

----- **O Senhor Doutor Jorge Cid Gonçalves na qualidade de Orador Convidado**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos. -----

----- Antes de mais cumprimentar a Mesa, e agradecer muito o convite que nos foi endereçado é sempre um prazer discutir estes temas, com todos os presentes e com as pessoas que estão interessadas neles. -----

----- Eu não trago nada preparado estou aqui mais à disposição para qualquer pergunta que queiram pôr. -----

----- Faria aqui apenas algumas considerações. -----

----- É evidente que a Ordem dos Médicos Veterinários, tem como missão principal a regulação da atividade médica ou veterinária, a sua ação é sobretudo nos médicos veterinários.-----

----- Mas, este é um tema que está interligado connosco, e desde sempre nós tomámos esta causa animal “a peito”, e faria aqui algumas considerações.-----

----- Quando foi aprovada esta Lei em 2016, sobre os maus-tratos e o fim do abate aos animais, nós aplaudimos e ficámos contentes, é evidente que isto não reste qualquer dúvida, qualquer médico-veterinário é contra o abate, não tenho dúvidas disso, não há ninguém que goste de abater um animal.-----

----- Só que, e eu sou muito crítico nessa Lei, não pela Lei propriamente dita, mas pela implementação da mesma, isto é a Assembleia da República, eu diria a política aprovou a Lei, bem aprovada e é de louvar, mas depois tudo ficou parado praticamente ninguém se propôs, ou ninguém pensou como é que essa Lei se iria implementar.-----

----- Conclusão, passado dois anos o panorama é dramático. -----

----- E quando eu digo, é dramático é porque mesmo dramático! -----

----- Nós todos sabemos quem está no terreno, e nós como uma organização que não é partidária, nós somos completamente apartidários, não temos qualquer vínculo a nenhum partido político, portanto, podemos eventualmente com algum ou mais facilidade dizer aquilo que nós pensamos, sem estar ligado a nenhuma área política. ---

----- E realmente, eu faço uma crítica grande ao poder político porque não soube implementar esta Lei, e deixou que as coisas fossem andando, e agora chegamos a esta altura temos os CRO`S, para o público em geral os antigos canis municipais, completamente sobrelotados, isto é uma realidade, e portanto sem ninguém saber onde se põem os animais errantes. -----

----- Penso que o assunto se devia ter tratado com alguma sensibilidade, devia ter sido criado um grupo de trabalho com as pessoas que estão dentro do terreno, e que sabem, um grupo técnico, não ligado a nenhum partido político, portanto um grupo técnico, há muito boas pessoas, e algumas estão aqui presentes, sobretudo nesta Mesa, por exemplo, que sabem do assunto, e que se podia ter pensado, como é que se ia implementar isto.-----

----- Porque na minha ótica, acho que o grande esforço que se tinha que fazer era perceber, porque é que há abandono de animais. -----

----- Eu acho que não é crível, que um país tão pequeno como o nosso tenha num ano cinquenta mil animais abandonados, isto é a realidade, são cinquenta mil animais abandonados por ano, dos quais, por mais esforço que façam das adoções a estatística que há é que apenas 30 por cento tem sido adotados e, portanto, temos aqui um remanescentes 70 por cento, que tem que ir para algum lado, ora bem, como não há lugar, esses animais estão a ser deixados fica na rua, muitos deles, e contrariamente ao que o meu colega de painel disse, a minha experiência é completamente ao contrário, porque nos chegamos realidades do País inteiro, em que Lisboa não é exemplo, Lisboa não é exemplo porque em Lisboa e Porto têm uma capacidade financeira e de meios que ninguém tem, basta ver-se só a estrutura dum CRO em Lisboa, que não tem nada a ver com um Município do País, do interior do País, mas é preciso perceber que Portugal é Portugal! Não há grandes cidades e pequenas cidades, os animais são iguais, um cão ou um gato abandonado é igual em Lisboa, ou igual numa terrinha no

interior do País e, portanto, deve ser tratado da mesma maneira, e não há condições para os tratar. -----

----- As verbas dispensadas foram muito escassas completamente escassas, aliás, eu dizia que irrisórias, é evidente que se acusa que não foram gastas na totalidade, eu, enfim, os contactos que tenho tido com autarcas, que tenho corrido o País, o que me têm dito é que, como é hábito neste País, essas verbas todas têm uma burocracia tal que, às vezes é extremamente difícil utilizá-las, porque é preciso candidatar-se, é preciso fazer projetos, é preciso serem aprovados os projetos, quer dizer, tudo é muito complicado em Portugal! Saindo aqui um bocadinho da área animal basta ver, por exemplo, o que aconteceu em Pedrogão, que foi há tanto tempo e ainda continua a burocracia, continua o dinheiro ali e acolá, não me vou alongar, mas é só para se ver que em Portugal é tudo uma burocracia brutal! -----

----- E portanto, e depois às vezes também não há uma mentalidade, enfim, muitas vezes também o Poder Político, os Autarcas gostam todos de ter a sua quintinha e, portanto, se calhar, tinha que haver uma vontade muito grande a nível político no país para se fazer os CRO canis intermunicipais, porque não faz sentido no nosso País cada Autarquia ter o seu CRO, acho que mais valia nalguns sítios do País unirem-se esforços e criarem CRO com alguma dimensão e capacidade, porque é preciso pensar que estes canis talvez o mais fácil é construí-los, talvez, se houver verba, o difícil é mantê-los, os animais comem todos os dias, 365 dias por ano e é preciso pessoas todos os dias, 365 dias por ano, para alimentá-los, limpá-los, etc., e isto muitas vezes é que não é tão fácil como isso. -----

----- Ora bem, portanto, não se fez nenhum grupo de trabalho, que eu começa, pelo menos a Ordem nunca foi consultada pelo este efeito e várias pessoas que eu conheço que estão ligadas a estes assuntos também não foram, e portanto, não se cria um grupo de trabalho para pensar como é que vamos resolver um assunto, temos aqui dois anos para implementar esta Lei, como é que vamos resolver o assunto e, sobretudo como é que vamos fazer com que haja cada vez menos animais abandonados, não sei! Se calhar, um sociólogo ou alguém mais preparado que o poderá fazer esse estudo, porque é que saiu a Lei e ainda algo mais animais abandonados?-----

----- Enfim, isto deixa que pensar, depois houve muito alarido público, e como aqui os agentes policiais já falaram, muitas vezes há muita queixa, às vezes há queixas a mais que são muitas vezes quezílias entre vizinhos do que impropriamente coisas reais. -----

----- Eu acho que quer os serviços oficiais, quer as forças de segurança têm que ter muito bom senso no tratamento destas questões, porque muitas vezes quem está nos grandes centros urbanos tende a interpretar o bem-estar animal de uma maneira diferente de quem vive no rural, e muitas vezes nós vemos pessoas que, se calhar, não tratam a animais como nós gostaríamos tratassem, mas precisam de educação, não precisam de repressão, não precisam que se vá lá retirar o animal, é preciso é que se eduque, se explique porque essas pessoas, se calhar gostam tanto do animal como uma pessoa que vive aqui no 7º andar, aqui na Avenida de Roma. -----

----- E é preciso sensibilidade que estes assuntos, porque muitas vezes essas pessoas, também esse animal é a companhia delas, e não se pode, enfim, muitas vezes avaliar o

trato que essa pessoa dá a esse animal com exatamente um animal que vive no centro da Cidade e que vive num apartamento, portanto, são maneiras diferentes de encarar, mas todas elas são válidas, acho que o que faz falta neste País é a educação, que devia começar nas escolas, educar como é que se devem tratar os animais e esse era o primeiro passo a dar, depois continuar a estudar o problema do abandono, resolver coisas simplicíssimas, que eu às vezes quase que sou levado a pensar que ninguém quer resolver este problema! E deixo aqui entre aspas, com os pontinhos à frente, porque há coisas muito fáceis de resolver. -----

---- Vamos por exemplo, o meu colega falou, e muito bem, da identificação animal, todos nós sabemos que praticamente, eu diria uma percentagem altíssima dos animais que são abandonados e que são encontrados, que são mandados, que são encontrados errantes, muitos deles tem *microchip* que não está associado a ninguém, ora, porquê? Porque as bases não funcionam ou funcionam mal, há um projeto que nós Ordem também já falámos com as entidades oficiais e andamos a lutar há muito tempo+ com este problema de unir, unificar as bases de dados, até já tem nome, vai-se chamar SIAC, que estava previsto entrar em vigor no dia um de julho de 2018, vamos em março, até agora, uma coisa que me parece tão simples de fazer, depois de haver um controlo dos *microchips*, os *microchips* só deviam ser vendidos a médicos veterinários e seriados, isto é, cada médico veterinário, que é o nosso projeto, nós apresentámos este projeto, a cada médico veterinário é distribuído do mil ao mil e cem ao Doutor Bruno, pronto, de mil e cem ao mil e duzentos a outro, e amanhã se aparecesse um animal abandonado, e o *microchip* não estivesse associado a nome nenhum, nós sabíamos de onde é que tinha vindo esse animal, e que era o responsável por não ter identificado esse animal na base de dados. -----

---- Mas pronto, parece que coisas relativamente simples demoram muito tempo a executar neste País, e daí outra vez a minha pergunta, será que haverá uma vontade política de resolver este assunto? -----

---- Pois, já não vou falar na história do IVA, que é um escândalo na minha opinião, como é que os animais, a medicina, que há uma só saúde, como a minha colega Manuela disse, e muito bem, hoje em dia um conceito global europeu é de uma só saúde, não há uma saúde humana e uma saúde animal, há uma só saúde porque elas interligam-se e hoje em dia, por questões de curiosidade posso-vos dizer que o estudo que há da OIE é que das doenças emergentes no futuro, 75 por cento são provocados por animais às pessoas, portanto, cada vez mais o médico veterinário vai ter um papel preponderante no futuro na nossa sociedade, e no bem-estar na saúde pública, portanto, parece que é realmente uma coisa ilógica que um médico veterinário que só faz essencialmente saúde pública, tenha que pagar 23 por cento quando as outras medicinas todas, inclusivamente e não vou aqui estar a menosprezar estas, mas estou a dizer que foram as últimas, as medicinas chamadas alternativas, também foram dispensadas de IVA, e os médicos veterinários continuam a pagar IVA, o que é que acontece? Acontece que estamos a onerar as pessoas que tratam os seus animais e é preciso ver que há uma percentagem muito grande de pessoas que têm animais de companhia, com enfim, pessoas reformadas, pessoas com fracos recursos, e que

querem tratar o seu animal, mas que realmente são confrontadas com uma despesa grande, portanto uma pessoa que tenha, um reformado, uma reformada que tenham uma reforma muito pequenina, e que tenha um animal que até foi adotado eventualmente, eu estou aqui a fazer um bocado de drama, eventualmente é a sua única companhia no mundo quando vai fazer as suas obrigações, que são impostas pelo Estado, nomeadamente *microchip*, a vacina da raiva, é obrigado a pagar 23 por cento ao mesmo Estado. -----

----- E depois a própria alimentação também é onerada a 23 por cento, isto é engraçado, é o único animal que é onerado a 23 por cento, se eu tiver um cavalo que me custou 50 mil ou 100 mil euros, pago 6 por cento na sua alimentação, tenho um cão, que foi adotado, pago 23 por cento, portanto, são tudo medidas que parece que ninguém quer defender realmente os animais, a nível político, como é óbvio! Não estamos a falar aqui nesta Assembleia!-----

----- E ainda aqui, podia largar aqui mais uma coisa ultra polémica que é porque é que um cão é o único animal tem que pagar uma taxa à Junta de Freguesia? Isto cabe na cabeça de alguém? A pessoa tem um animal de companhia tem que pagar uma taxa, tem um cavalo, tem um outro animal qualquer e não tem que pagar taxa nenhuma, portanto, são coisas que fazem com que cada vez mais dificulte a manutenção de animais de companhia, e depois será mais uma das causas de abandono, porque se nós formos começar a ver quais são as causas de abandono, e nós que lidamos com, nós clínicos que lidamos dia a dia com as pessoas que têm animais de companhia, vemos quais são as dificuldades que elas têm?-----

----- E também é preciso aqui, se calhar, levantar aqui outro problema, que só se criticou o abandono, mas nunca ninguém tentou perceber porque é que são as causas do abandono? E nós médicos veterinários muitas vezes somos confrontados nas nossas clínicas com pessoas que por qualquer motivo, de repente, não podem ter aquele animal, é muito difícil! Porque o animal era da mãe que vivia sozinha com ele e morreu e a pessoa até trabalha no estrangeiro, ou trabalha fora e não pode ficar, porque isto, porque aquilo, porque aqueloutro, porque é um professor que foi colocado não sei onde, e não pode levar o cão, quer dizer, há “N” problemas que muitas vezes se deparam na vida das pessoas e não há uma estrutura em Portugal que seja capaz de acolher essas pessoas, se alguém for ter com alguém a dizer “Olhe eu não posso ter o meu cão.”, Nomeadamente cães, que é mais difícil adotar, os gatos é muito mais fácil, tudo lhe vira as costas e ainda a insultam, portanto, ninguém tenta perceber! E devia haver uma estrutura intermédia, com psicólogos, com inclusivamente médicos veterinários, que tentassem perceber qual é o problema da pessoa e que é que nós podemos fazer, porque às vezes até pode ser um problema temporário, só que não há estas estruturas intermédias de apoio às pessoas tenham um animal!-----

----- Bom, enfim, se eu fosse continuar aqui havia um rol de problemas que nós vemos, acho que se tem feito uma evolução muito grande, muito grande, nas Leis que defendem os animais, muito grande, é evidente que eu também acho que não sou a favor de se pôr tudo no mesmo prato, os animais de companhia com os animais

chamados de produção porque é evidente que nós também achamos que os animais que...” -----

----- **A Moderadora, Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Bastonário agradece que concluisse.” -----

----- **O Senhor Doutor Jorge Cid Gonçalves na qualidade de Orador Convidado**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Porque os animais de produção também têm que ser bem tratados e cada vez se está a tratar melhor os nossos animais, enfim, devido até à pressão da sociedade em si e à evolução, e regras que têm sido emanadas cada vez mais, portanto, o que se passava mesmo nos grandes animais há 10 anos atrás, não tem nada a ver com o que é hoje, portanto, hoje cada vez trata melhor que os animais, ainda há um grande percurso a percorrer, mas haverá sempre aqui uma diferença entre um animal chamado companhia e um animal chamado de produção, mas, pronto. -----

----- Havia muitos assuntos aqui a debater, eu ficarei à disposição para qualquer dúvida, mas acho que se deve fazer um esforço para se tentar encarar este problema, esta problemática toda dos animais errantes que realmente é um escândalo em Portugal, mas com vontade de resolver o problema e não com medidas avulso que depois não têm grande aplicabilidade no terreno. -----

----- E pronto, fico-me por aqui. Muito obrigado.” -----

----- **A Moderadora, Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Bastonário. Muito obrigada aos restantes membros do Painel. -----

----- Vamos dar início agora às intervenções das entidades que foram convidadas, dizer-vos apenas que há aqui uma inscrição que ainda não foi entregue, apesar de ter sido recolhida a ficha, portanto, se existe alguém do Público que quer falar e que se pretendia inscrever, deverá devolver à mesa lateral, para que possa depois dar seguimento à vossa inscrição. -----

----- **Intervenção das Entidades Convidadas** -----

----- **A Moderadora, Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Passaria agora a palavra à Doutora Margarida Garrido, da Campanha de Esterilização dos Animais Abandonados, terá então os 5 minutos para intervir, e quando der o sinal é porque esgotou o tempo, está bem?-----

----- **A Senhora Doutora Margarida Garrido, da Campanha de Esterilização dos Animais Abandonados**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada. -----

----- Eu reparei que os dois oradores deste Painel, que são veterinários nunca pronunciaram a palavras externalização e, de facto, é um espanto, porque a Lei que o Senhor Bastonário referiu que entrou em vigor em setembro de 2016, que acaba com o abate, preconiza também que é preciso esterilizar para controlar a população animal, portanto, o que faltou desde o início é, na verdade, as Câmaras, a Ordem do Médicos

Veterinários, a Aventurem, terem avançado por campanhas de esterilização, e impulsionado a redução dos animais através dessa via.-----

----- De qualquer forma eu queria chamar a atenção que tardiamente, mas fê-lo o ano passado, o Governo publicou um despacho instituindo contribuições financeiras para as esterilizações feitas pelas Câmaras e, no fim as candidaturas eram muito fáceis, Senhor Bastonário, já aí referiu candidaturas muito complicada em burocracia, parte das esterilizações não eram complicadas, mas só aos 74 Câmaras, ou 72, recorreram a elas e 10 canis intermunicipais. -----

----- Portanto, o problema aqui é efetivamente a falta de vontade política de muitas Câmaras, de muitos veterinários, de associações de veterinários, da Ordem dos Médicos Veterinários em implementar de vez a esterilização, como forma de controlo do excesso de população de cães e gatos. -----

----- Eu queria lembrar, estamos aqui em Lisboa, e queria lembrar o trabalho magnífico que a Casa dos Animais de Lisboa faz em termos das colónias Sede, só em 2018 foram esterilizados praticamente mil gatos e registadas cerca de duzentas colónias. -----

----- No Porto não há programa Sede, e no resto do país, a dificuldade dos cuidadores de colónias e das associações para conseguirem implementar o programa Sede é enorme, porque como o Senhor Bastonário sabe muito bem, a Aventurem, que a Associação dos Veterinários Municipais tem tomado sempre uma posição contra o Sede e temos que por esse país fora Câmaras a exigirem que os cuidadores registem os gatos, que ponham os *chips* que são colocados aos gatos das colónias, em virtude de uma Portaria que regulamenta a Lei 27/2016, os *chips* sejam colocados em nome dos cuidadores, e os gatos são gatos errantes, os chips têm que ser colocados em nome das Câmaras, os cuidadores cuidam dos gatos mas não são donos. -----

----- Também existem situações em que são feitos testes aos gatos candidatos, não é gatos doentes, são gatos meramente candidatos à esterilização, testes FIL e FELV e se os testes são positivos, os gatos são abatidos, ora, não há nenhum cuidador que vá entregar a sua colónia para uma situação em que os animais podem ser abatidos sem estar minimamente doentes, porque, como sabe, estes testes pela forma como são realizados, não são cem por cento fiáveis. -----

----- Depois o programa Sede é um programa de controlo da população de gatos, porque, neste momento, ninguém se importa o que é que passam os gatos por esse país fora, gatos que são envenenados, mortos à apulada, etc., etc., essa é a situação real, Senhor bastonário. O Senhor está muito preocupado com as com as matilhas, mas, de facto, as matilhas existem um bocado na sua imaginação, sabe? Há matilhas mas os animais não são ferozes, em Sines há muitas matilhas, animais perfeitamente dóceis. E sabe porque é que há matilhas? Porque não esterilizam as cadelas e elas estão a parir nas ruas, e isso era a medida a adotar, provisoriamente, se os canis estão cheios, e estão cheios, porque as medidas de esterilização não foram adotadas, era preciso esterilizar as cadelas e recolocá-las na rua, isso é preferível a deixar que as cadelas estejam parir e que sejam as associações, sem meios, tudo à custa dos

contribuintes, das pessoas que gostam dos animais e que continuam a suportar esses encargos, que estão a financiar as esterilizações dessas cadelas, isto não está correto! --
----- Portanto, eu acho que há muito alarmismo sim, que se pretende criar para criar uma situação em que a Assembleia da República viesse a revogar essa Lei, mas isso não vai acontecer Senhor Bastonário. Não vale a pena insistir mais nem vale a pena andar nos jornais, eu estou-lhe a dizer isto porque estou farta de ler as coisas que o Senhor tem dito e mais uma vez aqui repetiu! Chega! -----

----- **A Moderadora, Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Pedíamos só que o Público não se pronunciasse. -----

----- Vamos dar agora a palavra à Doutora Bianca Santos, da Associação Zoófila Portuguesa.” -----

----- **A Senhora Doutora Bianca Santos, da Associação Zoófila Portuguesa**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Associação Zoófila Portuguesa nasceu em 2001 e é uma associação sem fins lucrativos com vista à melhoria das condições de vida e à defesa todos os animais que se encontra em situação de risco e sofrimento, apoiando os seus responsáveis, os particulares que intervenham em sua defesa e os animais abandonados ou sem proteção.-----

----- O principal meio de atuação da AZP é a prestação de cuidados de saúde, através do seu hospital veterinário ao público em geral, e às pessoas com sérias dificuldades económicas, para além desta atuação, denuncia maus tratos, promove a adoção responsável, incentiva a esterilização como meio de combate à sua população e ao abandono, sensibiliza a população para os direitos dos animais, coopera com entidades públicas e privadas e zela pelo cumprimento da legislação vigente.-----

----- Ao lidar com dezenas de pessoas diariamente que nos chegam com os seus animais observamos determinadas situações para as quais gostaríamos de chamar a atenção, porque nos preocupam seriamente, os animais deixaram à luz do Código Civil de serem considerados como coisas, mas continuam a ser adquiridos como o último brinquedo da moda, nesta inconsciência há pessoas que têm dinheiro para comprar animais de raça, mas não têm dinheiro para pagar pelos tratamentos médico veterinários necessários ao seu bem-estar. -----

----- Há outros que, apesar de todos os esforços económicos e morais que empenham não têm capacidade para fazer face às despesas das esterilizações, das vacinas e dos tratamentos, mas quando se recusam tratamento os animais cujos tutores estão desempregados? O que se faz a um animal com insuficiência renal cujo responsável vive de RSI, como se encaminha para a ortopedia um animal com diversas fraturas cujo responsável tem 3 filhos e está baixa? Como se acode a um animal atropelado encontrado por alguém que não tem como pagar, pois, não apresenta rendimentos, para IRS? Quem é que acolhe o animal cuja família foi despejada, tem o seu encaminhamento próprio e o Município não o recebe? -----

----- Continuam a aparecer animais adultos sem qualquer vacinação, propensos a sofrerem e a propagarem doenças, continua a parecerem animais não esterilizados, várias fêmeas já com infeções, cuja falta de intervenção leva à sua morte. -----

----- A AZP lançou recentemente uma campanha de esterilização gratuita de 3 dias para qualquer animal, tendo ou não tutor, e ainda antes do primeiro dia, já tínhamos todas as vagas esgotadas, tendo esterilizado nunca num total de quase cem animais entre gatos e cães. -----

----- São diversas as entidades veterinárias que referenciam as pessoas para a AZP, quando as mesmas deixam para capacidade económica para fazer face aos custos dos tratamentos nessas clínicas com fins lucrativos. Estas pessoas que já esgotaram todos os seus recursos a examinarem e a tratarem os seus animais chegam à AZP já sem qualquer capacidade económica para os tratar. -----

----- A AZP tem sido uma referência, não só de boa prática veterinária, como da prática social que exerce para muitas famílias como último reduto de esperança, para quem já foi recusado em tantos outros sítios. -----

----- A associação existe para conseguir colmatar as falhas destas histórias, dando-lhes um final mais feliz, mas não tem capacidade para atender a todas as centenas de pedidos deste teor, que nos chegam constantemente, seja para pagamentos com ínfimas prestações, seja para tratamentos completamente gratuitos, simplesmente porque não há quem nos pague, não há donativos que cheguem, é necessária uma maior e constante consciencialização do estatuto jurídico do animal enquanto ser senciente para toda a população, são necessárias mais campanhas de esterilização, como estas, replicadas por várias entidades privadas e públicas, para se conseguir atingir um ponto de equilíbrio e é necessário que seja reconhecido de uma vez por todas o estatuto de interesse municipal a entidades como a AZP, que prestam serviços públicos não o sendo, com todos os encargos naturais que isso lhes acarreta, pagando impostos altíssimos e sustentando estruturas pesadas necessárias à sua existência. -----

----- São necessários apoios mais concretos e financeiros para se continuar a apoiar estas pessoas, a estes animais que mais ninguém apoia ou atende, até lá faremos o que é possível, mas sabemos que não chega, e que está na altura de se incluir estas situações nas preocupações sociais e orçamentais deste Município, ao qual apelamos hoje. Muito obrigada pela vossa atenção.”-----

----- **A Moderadora, Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada. Vamos chamar agora a Doutora Marisa Quaresma dos Reis, Provedora Municipal dos Animais de Lisboa, recordava apenas que o Público pode falar aqui de cima, até para que apareça na gravação lá de casa, para além de que estamos a ser transmitidos em direto.”-----

----- **A Senhora Doutora Marisa Quaresma dos Reis, Provedora Municipal dos Animais de Lisboa**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “É preferível Doutora Inês Sousa Real que eu me desloque aí a cima?-----

----- **A Moderadora, Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Agradecia sim por favor, porque assim quem nos acompanha *online* pode também assistir aos vossos testemunhos e intervenções.” -----

----- **A Senhora Doutora Marisa Quaresma dos Reis, Provedora Municipal dos Animais de Lisboa**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde a todos, quero cumprimentar obviamente a Mesa de Oradores que temos aqui hoje, agradecer o convite também para estar aqui e na Sessão de dia 21 também estarei cá, na qualidade de Oradora. -----

----- Obviamente não podia deixar de vir hoje, é um tema que me toca de muito perto, porque agora pegando um pouco nas palavras do Senhor Bastonário, a falta de uma entidade intermédia que ajude as pessoas a encaminhar as suas situações, nomeadamente, o que é que vamos fazer aos animais, mesmo quando não são os seus próprios animais, quando existe uma necessidade de chegar às entidades, mas não se sabe como é que se pode chegar às entidades, a Provedora Municipal dos Animais de Lisboa faz um bocadinho esse papel de intermediária, nestas situações. -----

----- Eu tenho um conhecimento razoável das associações que trabalham em Lisboa e da importância das associações e também dos particulares, que atuam na defesa animal, sem ser através de associações que atuam diretamente, ou seja, com cuidadores programas Sede, ou até como denunciadores de situações de maus tratos ou de abandono. -----

----- Todas as estatísticas que puderam ver aqui apresentadas pelo Subcomissário Bruno Branco só resultam daquilo que é a movimentação da sociedade civil. Se a sociedade civil não denunciasse, não se preocupasse com a proteção dos animais, o projeto de defesa animal não tinha o que fazer, portanto, é o espelho da preocupação que as pessoas cada vez mais demonstrado com a proteção e o bem-estar dos animais. -----

----- Na Provedoria dos Animais de Lisboa também temos essa perceção e temos incentivado cada vez mais à criação de protocolos e à criação de programas de ajuda aos particulares, porque no fundo, as associações e os particulares estão a fazer aquilo que é trabalho da Função Pública, as atribuições das Autarquias ou até mesmo do Governo Central estão a ser delegadas, ainda que não haja nenhuma delegação de competências para isso, nas associações e nos particulares, o programa Sede é um bom exemplo disso, os cuidadores são particulares, a gastam horas do seu dia, gastam dinheiro do seu muitas vezes parco orçamento mensal para cuidar dos animais, e no final do mês, aquilo que acontece é, às vezes, um agradecimento, não chega! -----

----- É preciso que as Autarquias comecem a orientar verbas do seu orçamento para apoiar estas pessoas que fazem verdadeiro serviço público, a sociedade civil faz verdadeiro serviço público, e isto nunca é demais dizer, na verdade é a sociedade civil que impulsiona as medidas que vão protegendo cada vez mais os animais. -----

----- O cargo de Provedora Municipal dos Animais de Lisboa surge também depois de medir essa sensibilidade junto da comunidade, foi criada em 2013, precisamente, porque a importância da proteção animal na cidade de Lisboa foi aumentando e foi crescendo, as Autarquias têm cada vez mais competências nesta matéria, já não vamos falar da Lei 27/2016 da Portaria 146/2017, que a obriga as Câmaras Municipais a arranjar estratégias para ultrapassar a proibição do abate com controlo das populações

de animais errantes, e recomenda a implementação de programas Sede e, portanto, é uma carga muito grande em cima das Autarquias, especialmente aquelas que não estavam tão bem preparadas para estas mudanças, felizmente Lisboa não é um desses casos, mas, obviamente, enfrenta dificuldades. -----

----- E agora temos mais uma legislação, mais uma Lei, a 20/2019, que também transfere para as Autarquias algumas competências nestas matérias, portanto, e a tendência será aumentar cada vez mais as competências das Autarquias no movimento de descentralização, que me parece que até o próprio Primeiro-Ministro já deixa adivinhar, portanto, acho que é melhor começar a trabalhar a montante e começar a melhorar as condições dos próprios Municípios para esta futura realidade que não deve estar assim tão distante, é necessário acarinhar muito bem as associações e os particulares que ajudam a Autarquia no cumprimento desta missão e no cumprimento do serviço público, não podemos menosprezar a participação, portanto da comunidade, porque é a própria comunidade que acaba por fazer aquilo que a Autarquia no fundo, devia fazer. -----

----- Acho que queria deixar que esta nota, queria louvar o trabalho das associações e dos particulares e mostrar a abertura da Provedoria dos Animais de Lisboa para a qualquer apoio que possam necessitar e dizer também à Câmara Municipal, aos representantes da Câmara Municipal aqui presentes, e a esta Assembleia que é importante pensar-se nos animais de uma forma diferente daquela que pensávamos no passado e pensar nos animais de uma forma diferente, com a dignidade que eles merecem implica, obviamente, quando se faz um orçamento, seja a nível local, ou seja a nível central, pensar que, tal como foi aqui explicado estamos a falar de uma saúde, que é uma saúde global de ecossistema pessoas e animais, e quando se faz um orçamento com toda esta a alteração legislativa e de sensibilidade social, quando se faz o orçamento a partir de agora, os animais têm que ter um papel muito mais visível, tem que haver mais verbas disponíveis para apoiar todas estas novas missões que vão surgindo, parece que os orçamentos não acompanham as mudanças legislativas que vão sendo feitas. Muito obrigada.” -----

----- **A Moderadora, Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Doutora Marisa. Vamos então dar a palavra à Doutora Tânia Mesquita, a representante do Movimento Quebra Corrente. -----

----- Não, aqui em cima por favor, e tem também uma apresentação para nos mostrar.”

----- **A Senhora Doutora Tânia Mesquita, do Movimento Quebra a Corrente**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Começo por agradecer o convite ao Movimento Quebra a Corrente para se apresentar hoje à cidade de Lisboa, é com muito gosto aqui estamos, o vídeo vai ser só no fim, depois da apresentação.-----

----- O Quebra a Corrente é um movimento cívico com o objetivo de acabar com o acorrentamento de cães, através da criação de espaços vedados, no contexto onde eles se encontram, ou seja, junto à habitação dos tutores.-----

----- É a primeira iniciativa nacional exclusivamente dedicada à libertação de cães acorrentados inspirada em dois exemplos Norte-Americanos, de grande sucesso, que fazem este trabalho há mais de uma década, e com resultados surpreendentes não só na perspetiva de libertar os animais das correntes, mas também na perspetiva de sensibilizar os seus tutores para o bem-estar animal e para a dignidade animal. -----

----- Este projeto, este movimento foi iniciado em Santarém, mas rapidamente se alargou a Lisboa e a todo o país também, portanto, já desacorrentamos animais desde Norte a Sul do País, pois o acorrentamento é também uma realidade urbana, muitas vezes, pensamos que apenas exclusivo do meio rural, mas encontramos muitas situações de animais acorrentados em pleno coração de Lisboa. -----

----- No ano passado no verão, desacorrentámos um animal que estava deste praticamente que nasceu, acorrentado numa Horta Urbana, onde aí fazia o seu papel de guarda e muitas vezes esta realidade é justificada pela falta de conhecimento sobre os riscos que resultam para um animal o acorrentamento, inclusivamente também pela falta de condições económicas que possibilite os tutores de criar um espaço vedado muitas vezes as habitações dão acesso diretamente para a estrada, para a rua e constitui efetivamente um perigo o animal estar solto, portanto, por vezes os tutores veem no acorrentamento também uma forma de proteger os seus animais de um atropelamento, ou de um ataque a outras pessoas, inclusivamente tutores já com alguma idade que têm animais de porte grande, que receiam alguma queda, algum acidente e muitas vezes também acabam por acorrentar os seus próprios animais, portanto, temos que ver esta questão numa perspetiva integrada e perceber as razões e as razões são determinantes para depois podermos agir na solução e muitas vezes a solução é muito simples, como há pouco que o Senhor Bastonário dizia, há soluções simples para problemas complexos e esta é uma solução simples, que requer uma intervenção, enfim, focada, profissional, apesar de sermos todos voluntários e de compatibilizarmos todo este trabalho com a nossa atividade profissional, é uma atividade que requer uma ação integrada na comunidade, junto dos tutores, em articulação com as empresas, com os contextos de vizinhança, com a comunidade no seu todo e, portanto, neste sentido, temos feito desde o final do ano 2017 algumas intervenções já bastante significativas. -----

----- Já libertámos cerca de meia centena de animais para quem esta mudança foi determinante também uma forma depois de encararem o próprio animal e na forma de promover o seu bem-estar. -----

----- Da nossa experiência também, o acorrentamento de cães, por ser um fenómeno tão visível por todo o lado, se pensarmos um pouco naquilo que também são os nossos contextos de bairro certamente que nos recordamos de situações que conhecemos e, portanto, tendo em conta que é um fenómeno tão visível e tão presente é cada vez menos indiferente para os cidadãos, tanto locais como para quem nos visita no nosso País, temos muitos pedidos de ajuda por parte de visitantes estrangeiros, que visitam o nosso País e ficam alojados nalguma pousada, muitas vezes e em situações até de alojamento local que encontrou um animal acorrentado à porta, e é muito pressionante ver como é que as pessoas se mobilizam e se comprometem com essa situação a ponto

de já os seus países de origem, quando regressam de férias, continuarem a dialogar connosco e, inclusivamente enviarem-nos dinheiro, donativos, para podemos apoiar uma libertação desses animais, portanto, não é um bom cartão-de-visita e temos, de facto, muitas experiências a nessa área. -----

----- Não me quero alongar muito mais porque há um vídeo para ver, mas efetivamente esta nossa intervenção difere um pouco de outras intervenções, não defendemos o resgate dos animais, não há forma, não há resposta a dar atualmente e também digo-vos que muitas vezes estes animais são amados pelos seus tutores, apesar de estarem numa situação de confinamento. -----

----- Como disse a questão da sensibilização é determinante, mas também o apoio e um simples portão, por vezes de três metros, como nós vamos ver, é suficiente libertar um animal das correntes ao fim de muitos anos, temos um movimento de voluntários ficam desde já também convidados a fazer parte deste movimento cívico se tiverem competências na área da carpintaria, por exemplo, da montagem de vedações, que é esse o nosso grande *Core Business*, portanto, montar vedações, temos parcerias com empresas que nos facilitam também ao nível dos preços e tentamos não só trabalhar com animais e, portanto, é de facto, uma intervenção que impacta diretamente os animais, mas também os seus tutores, os vizinhos que por sinal estão do lado de lá e que também têm um animal acorrentado e que veem toda aquela intervenção e acabam por também tomar diligências nesse sentido e, portanto, é um movimento que gera grande mudança social e atua em vários níveis. -----

----- Vamos então ver o vídeo, que espelha um pouco a nossa intervenção, foi aqui mesmo ao lado, no Estoril.” -----

----- (A Doutora Tânia Mesquita, do Movimento Quebra a Corrente apresentou um vídeo que se encontra arquivado nos Serviços da Assembleia Municipal de Lisboa) -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **A Moderadora, Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada e fica o repto para os Deputados e Deputadas Municipais que tenham mais jeito para carpintaria, para juntarem-se ao Movimento. -----

----- Passamos agora a palavra à Doutora Rita Jacobetty, que vem falar aqui em cima, por favor. -----

----- Ainda temos uma inscrição que não foi entregue, portanto, se existe alguém que ainda deseja usar da palavra, como ainda temos algum tempo, sugeríamos que contactassem a Mesa.” -----

----- **A Muniçipe, Doutora Rita Jacobetty, Consultora do Bem-Estar Animal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada e boa tarde a todos. -----

----- O meu nome é Rita Jacobetty, sou Consultora do Bem-Estar Animal, isto significa que trabalho com famílias que têm problemas de comportamentos dos seus cães e gatos, trabalho também com empresas que prestam serviços ou que têm produtos para animais de companhia, faço voluntariado com diferentes associações de proteção animal, e sou investigadora no ISCTE, onde estou neste momento a

desenvolver o meu Doutoramento em Psicologia, com um Projeto de Investigação sobre a Abandono de Animais de Companhia. -----

----- Começo por vos deixar um dado para ilustrar o problema do abandono dos animais de companhia. Um cachorro adotado por uma família tem até 40% de probabilidade de não estar com a sua família passado um ano!-----

----- Venho então falar-vos sobre a importância de compreender o comportamento dos animais e o comportamento humano para prevenir o abandono, seja ela na forma de devolução, de entrega a terceiros, ou de crime de abandono. -----

----- No que diz respeito ao comportamento dos animais estudos internacionais e nacionais indicam que os problemas de comportamento são as principais causas reportadas para o abandono de animais de companhia, no entanto, uma nova corrente de investigação identifica que muitos dos problemas que as famílias têm com o comportamento dos seus animais de companhia resultam das pessoas terem expectativas desadequadas de realidade em relação aos que são os comportamentos expectáveis em cães e gatos e também num desajuste entre o estilo de vida da família e a personalidade animal. -----

----- Sabemos hoje também que a falta de conhecimento sobre a saúde e o comportamento dos animais é um fator fortemente correlacionado com o abandono, neste sentido identificamos então três eixos de atuação na prevenção do abandono, que deve ter lugar antes ainda da aquisição de uma animal.-----

----- Ao nível das expectativas devemos esclarecer os adotantes sobre o que esperar em termos de comportamento dos animais e o estilo de vida que vão ter com um animal de companhia. -----

----- Ao nível do *match*, do emparelhamento devemos ajudar os adotantes a escolher um animal com personalidade e características adequadas ao estilo de vida da família. --

----- Ao nível do conhecimento devemos educar os adotantes sobre a saúde e comportamento dos animais, promovendo um aumento do seu bem-estar, que resultará numa convivência mais harmoniosa com a família. -----

----- Estas são boas práticas reconhecidas internacionalmente e que têm resultados comprovados na prevenção do abandono.-----

----- Em Portugal há bons exemplos de associações que tentam implementar estas boas práticas, mesmo com os escassos recursos, mas ainda não há uma obrigação para que os centros de recolha oficiais o façam. -----

----- É de extrema importância dotar os CRO, os Centros de Recolha Oficial de profissionais, e destaco o termo “profissionais” do comportamento animal, que possam trabalhar com os animais a seu cargo, implementar programas de sensibilização junto da população e de acompanhamento aos adotantes. -----

----- Em Portugal ainda há poucos investigadores na área do comportamento animal e das relações entre humanos e animais de companhia, tal como há poucos profissionais certificados na área do comportamento animal, em particular em comportamento de animais de abrigo, que é uma área de especialidade, mas existem, eu por exemplo! E é necessário começar a investir nestes profissionais para conseguir fazer uma abordagem séria ao problema do abandono. -----

----- Estou há dois anos a concorrer a bolsas de investigação para estudar, o problema é que dizem que ninguém quer estudar e que ninguém sabe resolver. -----

----- Peço a esta Assembleia que considere colocar verbas nos problemas que quer resolver, proponho a criação de uma bolsa de investigação para projetos na área do abandono animal e a contratação de pelo menos um consultor de comportamento para implementar estas práticas na Casa dos Animais de Lisboa. Muito obrigada.” -----

----- **A Moderadora, Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada. Passaria a palavra a Maria Cristina de Gouveia Fernandes Melo. Pedia-lhe que se levantasse porque não se consegue ouvir aqui à frente. Pode vir falar aqui? Sim, convém. Já não tem? Está bem.-----

----- Então nesse caso vamos passar a palavra a Ana Matrena.”-----

----- **A Muniçipe, Ana Matrena**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde a todos, cumprimento a Assembleia Municipal de Lisboa por trazer esta iniciativa tão importante à discussão pública e começo pelo Deputado Pedro Delgado Alves, para agradecer todo o papel que tem tido em intervenções profundamente eficazes e lúcidas, que tem tomado ao longo do tempo como o comportamento político. -----

-----Relativamente ao LxCRAS de dizer que há mais animais além daqueles que podem, que têm a competência para apoiar e que se for possível entre Workshops, Guias de Boas Práticas, porque por exemplo em Lisboa os pombos, é um animal que não é apoiado pelo LxCRAS e que muitos voluntários se preocupam e que eventualmente com algumas noções de veterinária e de biólogos podiam cuidar melhor, mesmo sem terem que recorrer diretamente aos serviços do LxCRAS. -----

----- Relativamente à PSP agradecer o apoio nos casos em que eu como voluntária no terreno tenho tido, e de lamentar que depois não haja um Interface, nomeadamente para a resolução de situações prioritárias. -----

----- Alguém fica com o animal nas mãos e às vezes uma pessoa menos experiente na sua boa vontade e na tentativa de não devolver um animal à rua, porque a polícia até toma conta da ocorrência, mas depois não têm onde colocar os animais, qualquer pessoa pode levar um cão, um gato para casa, pôr os seus próprios animais em risco, na ânsia de não ver solução e de tentar ajudar aquele animal, portanto, é preciso perceber que há situações que são mesmo de urgência, que aquele animal não ser recolhido, pode significar perder a vida, e tem que se ter uma solução. -----

----- Relativamente ao resto, eu só tenho que lamentar que realmente quem devia perceber mais a situação esteja completamente fora da realidade, realmente a prática clínica de Medicina Veterinária para animais com tutores e privados não é a mesma que para animais de rua, felizmente, nos últimos anos, as questões técnicas evoluíram imenso, neste momento, uma coisa que há uns anos chocava a maior parte das pessoas que é a esterilização pediátrica é praticada em muitos sítios com muita qualidade, com muita segurança e não faz sentido estarmos neste momento a falar em aumentos de rendimentos, em aumentos de capacidade instalações, porque é preciso e esterilizar de dia e de noite, o que está aqui a criar em torno das matilhas, da saúde pública, das

doenças transmissíveis é um papão absolutamente inadmissível, e que pessoas com responsabilidade deviam ter vergonha de trazer desta maneira para a praça pública, porque isto é amedrontar as pessoas com papões que não existem. -----

----- Os estudos estão feitos, existem estudos também relativamente a renúncia ao abandono, existe, nomeadamente, uma tese de mestrado sobre o assunto que não pode ser muito conclusiva porque como compreenderão quem entrega os animais, quer nos centros de recolha, quer nas associações, não é que as abandonou, ou se for não se vai acusar e, portanto, a informação que essas pessoas dão sobre o motivo de renúncia, que era o termo técnico usado na dissertação dos animais não é um verdadeiro, porque ninguém conhece o historial verdadeiramente. -----

----- Agora, o que sabe e para isso há estudos e deviam ser sempre citados por quem tem a obrigação de os usar, é quais são as taxas de esterilização que começam a reduzir a população? E que evitam a sobrepopulação, e é com isso que devemos trabalhar, esterilizar de noite e de dia. Obrigado.” -----

----- **A Moderadora, Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada. -----

----- Vamos agora dar início às respostas dos Oradores e da Mesa relativamente às questões que foram colocadas. -----

----- Não sei quem é que gostaria de começar por responder, aqui o que o Doutor Bastonário? -----

----- Só dar aqui nota de uma questão, nós já temos cinco Grupos Municipais inscritos para falar, só para organizarmos aqui os trabalhos. -----

----- Do PEV a Deputada Municipal Cláudia Madeira, do PS o Deputado Municipal Hugo Gaspar, do PCP a Deputado Municipal Graciela Simões, do Bloco a Deputada Municipal Isabel Pires e do próprio PAN também já estou inscrita para falar. -----

----- Não sei se mais algum Grupo deseja usar da palavra? Pelo que se assim o desejarem pedia que fizessem vossa inscrição. Muito obrigada.” -----

----- **Respostas dos Oradores e da Mesa** -----

----- **O Senhor Doutor Jorge Cid Gonçalves na qualidade de Orador Convidado**, no uso da palavra deu a seguinte resposta: -----

----- “Só queria responder aqui ao que foi aqui dito e que questionaram diretamente, a Ordem dos Médicos Veterinários, lançou um Programa Nacional de Esterilização, como deve saber, em que apresentou isto em primeira mão á Associação nacional dos Municípios e temos vindo a divulgar junto dos Municípios esta campanha nacional de esterilização, em que todos os médicos veterinários do País, nas suas clínicas privadas dão o seu trabalho *pro bono*, para esterilizar os animais. -----

----- Curiosamente das trezentas e tal Câmaras que existem no País, só 16 ou 17 é que aderiram até hoje, portanto, a Ordem lançou este, realmente ciente, isso concordo, que o problema tem que ser a esterilização, embora, como sabe, os animais que entram nos CRO só podem ser adotados depois de esterilizados, deviam ser imediatamente esterilizados se houver capacidade para isso, e nós achámos e temos defendido que as poucas verbas, ou as verbas insuficientes que a maior parte das Câmaras dispõem que

deviam focá-las em aumentar quer a capacidade de alojamento quer o melhoramento do alojamento e as que não têm criar um alojamento, e a parte clínica de esterilização os médicos veterinários do país uniram-se para ajudar nesta campanha, portanto, temos feito uma campanha, portanto, temos feito uma campanha que apresentámos a todos as Câmara, e quem não se inscreveu foi porque não quis.-----

----- Posso-lhe dizer, e sabe tão bem como eu, que todos os médicos veterinários pessoais nas suas clínicas fazem todos os dias *pro bono*, todos os dias nós temos situações em que atendemos pessoas com fracos recursos, tentamos ajudar da maneira que podemos, é evidente que os médicos veterinários, como qualquer outra profissão têm que tem os seus rendimentos, mas sempre foi uma classe solidária toda a vida, não foi agora depois de saírem estas leis, toda a vida, eu faço clínica há 40 anos, toda a vida nós nos deparámos com pessoas com fracos recursos ou algumas sem recursos e não há nenhum médio, eu posso dizer que não há nenhum médico cá no país que não tenha feito feitos já dezenas, para não dizer centenas de ações *pro bono* nos animais. --

----- Quanto aos *chips* falou muito bem, que não deviam estar em nome dos tutores, dos cuidadores, dos Sede, acho que esses Sedes deviam estar em nome da Câmara, os chips deviam estar e o dono seria a Câmara Municipal, eu compreendo que não deverá ser o cuidador, enfim, isso é mau estar em nome do cuidador até porque podem haver outros problemas legais mais complicados que possam vir a acontecer. -----

----- Portanto, isto para dizer que não estamos em situações opostas, antes pelo contrário, temos alguns pontos de vista um bocadinho diferentes, mas que realmente concordamos que a esterilização é um modo a seguir e nós lançámos esta grande campanha a nível do país, que as não foi ainda devidamente, em nosso entender aproveitada pelas Câmara Municipais. -----

---- Houve uma que olharam para isto com bons olhos e estamos já a fazer as esterilizações, houve outras que, enfim, ainda não acordaram para esta situação. Muito obrigado.”-----

----- **A Moderadora, Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Passaria então a palavra ao Comissário Bruno Banco.”-----

----- **O Senhor Subcomissário Bruno Banco na qualidade de Orador Convidado**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Só clarificar aqui duas situações, das muitas foram abordadas, a primeira respondendo ao Doutor Bruno Rolo, atualmente a PSP em Lisboa, em todas as divisões policiais já se encontra munida de um leitor de *microchips*.-----

----- Era uma realidade que no ano passado, inícios do ano anterior, não era possível e sim muníamos dos médicos veterinários e das clínicas, dos hospitais que estavam abertos para fazer esse rastreio. Atualmente foi um esforço que foi feito pelo Comando, com um orçamento reduzido, foi um esforço que foi feito e já temos munidas todas as Divisões Policiais com um leitor de *microchips*, tem sido uma parte positiva no trabalho que temos desenvolvido. -----

----- Depois respondendo à última Oradora acerca da interface com a PSP na resolução das ocorrências, nomeadamente os animais abandonados. Essa é uma realidade que se verifica, mas que em última instância é uma responsabilidade que não é da PSP. Eu compreendo que as pessoas recolham animais errantes na rua e que levem a uma Esquadra da Polícia por fácil acesso, por serem normalmente elementos que estão disponíveis para ajudar na resolução dos problemas, mas como devem compreender a Polícia de Segurança Pública não se encontra com nenhum espaço para alojar animais isso é uma responsabilidade da autarquia.-----

----- Aquilo que acontece em grande parte das vezes, é que mesmo após o nosso contacto a Casa dos Animais de Lisboa, se for aqui em Lisboa, nós trabalhamos com várias autarquias e todas elas tem o mesmo problema, nos dão a resposta que o canil está cheio e que é difícil acolherem no imediato aquele animal. Obviamente que, o problema é transposto para a pessoa que o levou à esquadra, porque nós não podemos ficar com ele, não temos condições em termos dessa capacidade, nem essa obrigação, a Casa dos Animais não recebe e eu compreendo que sejam um problema de difícil resolução, mas em última instância nós funcionamos como um interface entre a entidade que recolhe e a entidade que tem obrigação de o acolher.”-----

----- **A Moderadora, Deputada Municipal Inês de Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Passaria então a palavra à Doutora Manuela Mira para resposta.” -----

----- **A Senhora Doutora Manuel Mira, Médica, na qualidade de Oradora Convidada**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em relação à receção de Pombos pelo LxCRAS, o LxCRAS recebe pombos da fauna autóctone portuguesa, porque o LxCRAS está vocacionado exclusivamente para animais da fauna autóctone, não pode receber os outros pombos, porque são considerados animais domésticos, no entanto, recebe os outros. -----

----- Gostaria de aproveitar, já agora, por causa dos animais, por causa das colónias, porque eu sou médica veterinária, eu gosto muito de animais sejam eles quais forem nas suas diversas vertentes e respeito profundamente as colónias, mas queria alertar que devíamos respeitar todos os animais e devemos respeitar todos os espaços dos animais e as colónias deveriam ser criadas e localizadas sem interferirem e sem prejudicarem os animais existentes e que ocupam determinados espaços e, estou a referir-me, nomeadamente ao Parque Florestal de Monsanto, cuja introdução de colónias de gatos é altamente penalizante para fauna e isto vai ter as suas consequências e já começa a ter. -----

----- E então eu acho que isto é um assunto que deveria ser posto em cima da mesa, para as localizações das colónias estarem bem recomendadas de modo a terem em consideração que não podemos por quer acarinhar muitos uns animais, estamos a prejudicar ou mesmo eliminar ou erradicar outros. -----

----- Era isso que eu tinha a dizer.”-----

----- **A Moderadora, Deputada Municipal Inês de Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, passo a palavra então ao Doutor Bruno Rolo.” -----

----- **O Senhor Doutor Bruno Rolo, na qualidade de Orador Convidado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado. -----
----- Eu queria só agora dar uns esclarecimentos. -----
----- Eu como disse, estou aqui em nome individual, não sou funcionário público, não trabalho em nenhuma Câmara, nem quero trabalhar e, portanto, como disse que o Senhor Bastonário, eu não conheço nenhum colega que faça à atividade privada que não o faça para bono regularmente, mas fazemos para o bono como profissionais liberais que somos às pessoas que reconhecidamente nós sabemos que têm dificuldades e que são nossas clientes ou utentes, não podemos ter uma porta aberta a dizer: ”toda a gente queira ter para o bono dirigir-se aqui”. Não é esse o nosso meio de subsistência. Porque ao fim ao cabo a profissão médica veterinária é uma profissão mas, é um meio de subsistência para quem se dedicou a isso. -----
----- Gostava só de esclarecer aqui uma coisa, penso que talvez por dificuldade na audição na intervenção, passou aqui uma frase que eu disse que era: “uma necessidade forte de medidas de controlo sanitário e reprodutivo nos animais errantes”. Ora, que eu saiba isto é a mesma coisa que dizer esterilizações, só que a palavra esterilização parece que é o estigma. Se há ato médico que o veterinário pratica regularmente é a esterilização, mas não é esterilização massiva de animais de rua só porque nos apetece, tem que haver algum programa que enquadre essa situação. -----
----- Por isto, ao fim ao cabo nós somos as únicas pessoas que praticamos este ato diariamente e não percebo se houve alguma dúvida que a classe Médica Veterinária que está o Senhor Bastonário a representar, não só eu, e eu enquanto profissional individual é que os médicos veterinários são apologistas da esterilização quando se justifica e sempre que se justifica e é um método muito eficaz, não é o único método.--
----- Agora gostava, também, dar aqui uma nota mais humorística se me permitem, houve algumas intervenções que me fizeram lembrar aqui à tempos largos, uma piada que o Ricardo Araújo Pereira, contou na televisão acerca daquele quadro, uma questão que foi aqui na altura posta, um projeto, uma hipótese de projeto legislativo contra a mendicidade e contra a utilização de animais na mendicidade. Toda a gente defende que a utilização de animais na mendicidade, não é uma situação ideal, agora não podemos passar por um mendigo com um cão e achar que o problema é o cão, é que o problema é o mendigo. O principal problema social ali é o mendigo, porque se o mendigo que tivesse condições económicas para ter uma vida decente, com certeza que ele era o primeiro a proporcionar uma vida decente ao seu animal, portanto, isto é uma coisa um bocadinho humorística mas que eu penso que é legítimo, é uma interpretação legítima da minha parte. -----
----- A gratuidade nos tratamentos é uma forma de algumas pessoas abordarem o problema, a minha forma em termos sociais é defender que as populações devem ter melhores condições de vida, melhores condições económicas para poder tratar melhor os seus animais e, claro que há sempre franjas da população que potencialmente não estarão abrangidas por esse aumento da sua situação económica e, nesses casos pontuais, cá estaremos para tentar ajudar a resolver o problema. -----

----- Agora o problema tem que ser resolvido na fonte e a fonte é déficit no nível de vida das populações humanas implica déficit na saúde animal dos seus, digamos, seus animais domésticos. -----

----- Só para terminar a dar aqui uma saudação a esta Associação Quebra a Corrente que eu não conhecia, mas de que gostei muito, porque abordagem é completamente diferente, vem ao encontro de uma coisa, de um assunto que também abordei aqui na minha intervenção que é, pedagogia, prevenção, não criminalização à primeira vista, portanto, a sensibilização é importante e como disse e eu subscrevo à muitas pessoas que têm animais que aparentemente são maltratados e na verdade, não tem uma boa qualidade de vida, mas isso não é inerente ao seu detentor ou tutor como querem chamar, não é propositado e as pessoas gostam mesmo dos animais e se forem sensibilizadas muitas vezes o animal fica melhor ali, com melhores condições de vida do que fazer resgates à força, isso é uma pedrada no charco do que eu tenho visto ultimamente e, portanto, dar-vos os parabéns por essa atividade. -----

----- Só para finalizar, a escolha dos animais, uma intervenção que houve aqui. Não é preciso, quer dizer, é preciso, mas não é fundamental haver especialistas de consultoria para a escolha do animal, o problema é a sensibilização da população para quando adota ou compra, porque eu não sei porque é que estamos aqui com medo de usar a palavra compra, eu acho que não é proibido comprar animais, se calhar, era desejável arranjar outras alternativas para as pessoas querem ter animais poderem tê-los, mas não me parece que seja agora, também, não vamos criminalizar a compra e venda dos animais, temos é que a regulamentar e tem sido dados passos nesse sentido.

----- Mas, independentemente de ser por compra, por adoção ou por ser encontrado na rua de uma forma perfeitamente pontual, casual a escolha dos animais é importante realmente fazer um esclarecimento às pessoas sobre a escolha, o problema é que muitas vezes as pessoas só se vão aconselhar depois de já terem o problema em casa e, portanto, qualquer médico veterinário, qualquer entidade neste caso nas clínicas veterinárias, com certeza que se houver alguém que alguma vez entre numa clínica falar com um colega meu e pediram opinião sobre que tipo de animal é que se adequava mais a sua situação de vida, vai ser devidamente esclarecido que, nós temos essa formação e temos essa capacidade, obviamente, estamos no terreno todos os dias.

----- Portanto, depois a nível das autarquias, isso é outro problema, isso é o problema, mas a nível do terreno, na rua qualquer popular que entre numa clínica veterinária e entram muitos sem animal e que vá lá pedir conselhos, não sai de lá sem opinião, sem uma opinião válida, técnica e fundamentada por um profissional. -----

----- Agora o problema é que a maior parte das pessoas só reconhece o problema depois de ele já lá estar em casa e isso é que era de evitar e, portanto, a prevenção, nesse caso adequasse a proposta, mas qualquer médico veterinário que faça clínica de animais de companhia está apto a fazer isso. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Moderadora, Deputada Municipal Inês de Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, passamos a palavra agora Doutor Pedro Delgado Alves.” -----

----- **O Senhor Doutor Pedro Delgado Alves, na qualidade de Orador Convidado,**
no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado. -----
----- Eu em larga escala algumas notas que eu queria deixar a propósito da transição
para o novo modelo, para o novo modelo isto é, para a aplicação da Lei em matéria de
abates. -----
----- Foi dada nota há pouco por causa da intervenção da campanha de esterilização,
efetivamente isso, se calhar, foi mal compreendida há pouco, porque eu não digo que
não exista risco de poderem aparecer matinhas, o ponto que eu dava nota não era esse,
o ponto que eu dava nota era outro, se esse risco existe as autarquias há bastante
tempo pelo país fora que conhecem o período de transição, sabem e souberam que
tinha um processo e um período para se adaptar e, efetivamente a esmagadora maioria
delas não o fez. -----
----- Aliás, o Senhor Bastonário precisamente deu boa nota disso, demonstrando
também que o Programa de Esterilização que a Ordem lançou em parceria com as
autarquias só teve dezasseis adesões. Ora estas dezasseis adesões da parte dos
municípios corresponde infelizmente, também, ao número de adesões que verificámos
e registámos à possibilidade de recorrer ao financiamento que o Orçamento de Estado
disponibilizou para as adaptações dos Centros de Recolha que, apesar de ser uma
verba que foi criticada por ser muito baixa, por ser manifestamente insuficiente, ficou
por esgotar, por muitas das autarquias, a ela não recorreram. -----
----- E, portanto, seja na criação de centros próprios, seja através de parcerias
intermunicipais, havia trabalho que podia ter sido feito e que teve tempo suficiente
para ser feito e penso que não foi um erro, não ter prorrogado o prazo, ou seja, foi
correta a opção de não prorrogar o prazo, porque sistematicamente entraríamos numa
numa espiral de prorrogação do prazo, quando verdadeiramente isso desincentivava as
autarquias a pensar que tinha mesmo de tomar medidas e, portanto, mudar o
paradigma do que vinham a fazer. É um bocadinho enfim, agora para autarcas na sala,
como o Sistema Nacional de Normalização Contabilística que, está prometido todos
os anos, que é para o ano e tem vindo sistematicamente a ser adiado e todos os anos se
solicita-se o adiamento porque ninguém tratou de atualizar o *software*, não é
comparação mais entusiasmante mas, o ponto é o mesmo. -----
----- E, portanto, eu acho que ainda para mais, estando aqui em causa um princípio,
que se quer introduzir de respeito pela vida animal através da proibição do abate, acho
que faz sentido esta opção tomada. -----
----- Agora efetivamente nalguns locais, o problema está a surgir, não nego que a
questão seja problemática nos sítios em que, precisamente a capacidade de resposta
por parte dos municípios não exista, até porque, muitos deles tinham delegado
informalmente ou tinham remetido para Associações que no território abordava o
tema, muitas vezes sem os recursos suficientes e, obviamente pode haver aqui uma
dimensão crítica que tem que ter uma resposta. Mas, mesmo nesses casos, é preferível
mais do que continuar a reivindicar uma reversão do modelo, como algumas

autarquias, infelizmente ainda fazem é, efetivamente ter uma política pública de saúde animal, o que infelizmente, muitas não tiveram ainda.-----

----- Naturalmente, também, concordo, em absoluto com o que foi dito, nada disto se consegue sem um bom envolvimento dos técnicos e sem um bom envolvimento da Ordem que tem a capacidade de dar um *input* relevantíssimo e articular até respostas como a que foi referida, para tentar superar muitas destas dificuldades. -----

----- Quando eu referi que Lisboa seria um exemplo, é neste sentido ou seja, é a demonstração que o município com a escala que Lisboa tem, com a quantidade muito substancial de animais, teve um desafio que foi ultrapassando ao longo dos anos, obviamente, as realidades do país são muito diferentes e, portanto, não é a dimensão em termos populacionais ou de área que permite também comparações, ou seja, a tradução de população humana não traduz automaticamente o mesmo, não se projeta na população animal, na espécie animal. E, portanto, este raciocínio pode não ser inteiramente correto, mas é demonstrativo de que o município que tinha maior escala de desafio, que era Lisboa, foi capaz de supera-lo e de ter respostas relevantes.-----

----- Eu por outro lado, também queria sublinhar a concordância em absoluta com o que o Senhor Bastonário disse há pouco, relativamente ao IVA. É um aspeto pelo qual espero que seja possível haver alterações em breve, ainda que ao nível da taxa o reconhecimento de que há aqui uma valia de saúde pública veterinária, mas de saúde pública em geral e que, obviamente, estamos a dar os incentivos e estamos a dar aos incentivos todos errados ao manter a taxa do IVA de vinte e três por cento, é manifestamente insistir num erro e é matéria sobre a qual há disciplina de voto, é uma daquelas em que não tive muita margem para atuação, mas é um aspeto em que a pedagogia muito importante ao longo nos próximos anos. -----

----- Até por outra razão, porque as vantagens que se retiram, também, de termos acompanhamento veterinário, que muitas vezes é inibido pelo valor da taxa do IVA que é paga, muitas vezes compensa aquilo que, eventualmente se perde em receita fiscal, é exatamente este exercício, tem que se fazer quando estamos perante opções de saúde pública. -----

----- Não resisto, só mais duas notas finais. Agora pondo o chapéu de Presidentes de Junta de Freguesia, talvez tenha sido dos temas que mais motivou burburinho na sala foi: “porque é que se paga a taxa do cão e não se paga as outras?” O cão malogradamente ao não, enfim, às vezes tem a ver com os seus tutores, porque tem um impacto do espaço público e na higiene urbana que eventualmente outros animais de companhia não tem da mesma escala. Aquilo que também nos permite muitas vezes da campanha de sensibilização, de ter dispensadores de saquinhos para a recolha dos dejetos e até fazer as operações de recolha, também, às vezes. Não que a verba recolhida pela taxa seja suficiente para isso, mas que obviamente também contribui para o superar. -----

----- Temos uma expectativa grande, de facto, com a uniformização da base de dados, é algo importante, também, para nós na Juntas de freguesia a vários níveis: somos responsáveis pelas contraordenações, pelo processamento. E, portanto é matéria em relação à qual uma consulta mais rápida da informação seria útil, eventualmente, até

eu sei que a consulta do *chip* é um ato médico veterinário, portanto, a possibilidade de haver um leitor nas Juntas de Freguesia é difícil, mas, nalgumas circunstâncias puder, pelo menos no município através dos Centros de Recolha, no caso de Lisboa, a Casa do Animal ser um facto, também, mais rápida identificação e de fazer esse contacto com a rede. Mas é, de facto, muito importante que tudo esteja a ser carregado no mesmo local, porque estamos todos a lidar com a mesma realidade e universos sobrepostos e desencontrados, melhor dito, desta realidade levanta um problema significativo.-----

----- Finalmente, e a minha última nota era esta ao nível da temática, era como introduzir os cuidados veterinários de como generalizá-los, obviamente, a atuação para o bono é fundamental e é de sublinhar, quer quando ela resulta da atividade de quem tem prática individual ou de quem o faz por via associativa mas, por outro lado, eu penso até que não seria até, imagino, que seja uma solução a enjeitar a forma como o exercício da profissão tem lugar, de facto, ponderada alguns contextos de oferta pública de serviços de veterinária. E, portanto, obviamente, contratando os veterinários e de que ele estaria numa clínica pública e que isso possa ser uma forma complementar, de tapar as malhas da rede. -----

----- Mais uma vez isto não é um problema nem gerará qualquer problema de concorrência ou subsistência à realidade do exercício da profissão veterinária antes, pelo contrário, estamos a falar de ir buscar as pessoas que de outra forma não teriam qualquer outro acesso à medicina veterinária e que por falta de recursos não estão hoje a beneficia deles, portanto, não há sequer um risco d'iria antes pelo contrário, acho que há uma oportunidade para a própria profissão, se puder, bem sabemos que os recursos são escassos e muito difícil de justificar no momento em que temos constrangimentos no Serviço Nacional de Saúde de estar simultaneamente a solicitar esta dimensão.-----

----- Mas, eu acho que não se deve perder de vista, é um elemento importante que não deve deixado de ser ponderado até porque é muitas vezes complementar a ação que os municípios têm, através dos Centros de Recolha, é complementar às ações que têm ao nível das campanhas de vacinação e, portanto, permite uma maior coerência e até uma maior eficácia das respostas e, portanto, pelo menos fica o desafio e a pista para que possamos refletir sobre isto nos próximos tempos, mesmo que os recursos para já não deem uma probabilidade de concretização rápida.” -----

----- Obrigado.” -----

----- **A Moderadora, Deputada Municipal Inês de Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, encerramos assim o período de perguntas e respostas dos Oradores da Mesa. -----

----- Vamos dar início às intervenções dos Deputados Municipais começaria por chamar a Deputada Municipal Cláudia Madeira do PEV.” -----

INTERVENÇÃO DOS GRUPOS MUNICIPAIS E DEPUTADOS INDEPENDENTES-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada. -----
----- Cumprimento, em nome do Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes, todos os presentes. -----
----- Debater a proteção animal é da maior importância e é justo dizer que tem havido uma evolução constante nesta matéria, porque a sociedade está mais sensibilizada, informada e exigente e a legislação procura, cada vez mais, dar resposta ao bem-estar animal. -----
----- Falamos muito de alteração de paradigmas e esta é uma área em que Os Verdes têm dado o seu contributo decisivo. -----
----- Pela mão de Os Verdes, a primeira discussão sobre a promoção do reconhecimento e respeito pelos animais ocorreu em 1988, quando propusemos uma lei de bases de proteção dos animais não humanos e fizemos incluir na revisão constitucional este princípio. Teria sido um passo importante, mas que não avançou. ---
----- Temos proposto, ao longo dos anos, medidas para a redução progressiva, com vista à eliminação de animais para fins científicos, regras para o transporte de animais vivos, a proibição de animais em circos, o não apoio do Estado a espetáculos tauromáquicos, o incentivo à construção e à modernização dos Centros de Recolha Oficial, a proibição do abate de animais saudáveis e a aplicação dos processos de esterilização, obviamente com as necessárias condições financeiras, e políticas de fomento à adoção responsável, entre outras. -----
----- Hoje, a legislação reconhece o que já era sentido por grande parte da sociedade: os animais não são coisas e maltrata-los é crime! -----
----- Mas há ainda um longo caminho a fazer. É inaceitável que continue a haver um número tão grande de animais abandonados e maltratados. É uma crueldade que tem que ter fim! -----
----- A par da mudança de mentalidades, de comportamentos e legislativa, é preciso dotar as entidades dos meios adequados para aplicar a legislação em vigor. São várias as autarquias que não têm condições para acolher e esterilizar os animais, e as autoridades nem sempre têm capacidade para dar uma resposta pronta a denúncias de maus tratos. É preciso combater o sentimento de impunidade e esta falta de meios com que se deparam, tanto os cidadãos como as instituições. -----
----- Daí ser necessário avaliar a aplicação das leis, as dificuldades e os meios, para que se possa saber o que está a falhar para, em função disso, se melhorar a capacidade de resposta, tanto a nível local como nacional. Assim como é fundamental promover fortes programas de sensibilização e de educação para se obter melhores resultados. ---
----- Destacamos ainda que falar dos animais na cidade de Lisboa não se resume apenas aos animais de companhia que coabitam nos nossos lares, mas a todos os seres vivos que existem na natureza e enriquecem a biodiversidade de Lisboa, razão pela qual os ecossistemas devem ser devidamente protegidos. Esta é uma visão ecologista que nunca deve ser abandonada! -----
----- Para “Os Verdes”, o objetivo deve ser sempre proteger todos os seres vivos, num esforço contínuo, sendo fundamental o papel da sociedade, das instituições e das

políticas a implementar, para que os animais tenham a devida proteção e lhes seja reconhecido o seu lugar e importância na nossa sociedade. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Moderadora, Deputada Municipal Inês de Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, seguidamente. -----

----- Vamos ter a intervenção do Senhor Deputado Municipal Hugo Gaspar do Partido Socialista.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Hugo Gaspar (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Começo por cumprimentar em nome do Partido Socialista todas e todos dos presentes. -----

----- O Socialismo Democrático tem na história um papel de vanguarda na preocupação com os direitos fundamentais do homem. Pauteou a sua luta política pela salvaguarda dos equilíbrios sociais, pela igualdade e pela fraternidade das comunidades políticas, ideológicas e religiosas. É neste contexto que se insere o bem-estar animal. -----

----- Num passado recente era uma temática levemente abordada sem a dinâmica e convicção suficientes para ser subsequente, gerar mobilização e provocar mudanças. --

----- Os tempos mudaram e mudaram para melhor, existe hoje a convicção de que é possível transformar a sociedade aumentando da sua sensatez e diminuindo a sua indiferença e crueldade. -----

----- Tal como acreditamos que a mulher não existe para servir o homem, o pobre para servir o rico, o fraco para servir forte, consideramos que aos animais assistem direitos, direitos de serem tratados com dignidade e respeito. Cabe-nos a nós, conseguirmos para que os direitos sejam assegurados. -----

----- Lisboa é hoje uma cidade, que se encontra na vanguarda das boas práticas no que diz respeito ao bem-estar animal, abolimos o abate de animais errantes muito antes de este ser legislado a nível nacional. Fomos o exemplo que pode ser utilizado perante as dúvidas que se levantaram nível nacional, fosse possível afirmar convictamente, sim é possível. Lisboa já faz dessa maneira, aboliram o abate, apostaram na adoção. -----

----- A Casa dos Animais de Lisboa é hoje tida como um bom exemplo, de como é possível gerir o equipamento municipal de uma forma transparente com boas práticas e procedimentos, com um envolvimento de um vasto número de voluntários e com uma grande proximidade de associações animalistas e entidade que atuam neste espectro. -----

----- Sim, existe muito mérito, por parte de quem lidera a Câmara Municipal de Lisboa, desde 2007. Mas sim, também, é verdade que esse mérito tem que ser partilhado. Tem que ser patinhado com todas as mulheres e homens que atuando em associações, partidos políticos ou movimentos de cidadãos, nunca deixaram de exigir que os animais errantes da cidade de Lisboa fossem tratados com dignidade que merecem. -----

----- O compromisso de Lisboa para com os seus animais foi também visível com a criação da figura da Provedoria Municipal dos Animais de Lisboa, outro projeto pioneiro e que tem resultado no maior escrutínio daquilo que é feito de forma como é feito e daquilo que ainda falta por fazer. Esta abertura inovadora de que o município se propôs a fazer, resultou num conjunto de documentos de inquestionável valor e que são hoje um auxílio incontornável para balizar o caminho difícil que tem vindo a ser percorrido em todas as questões relacionadas com o bem-estar animal. -----

----- Com a proibição do abate de animais errantes corrigiu-se um atraso civilizacional. Surgiu no entanto um novo desafio, a sobrepopulação de animais acolhidos nos Centros de Recolha Oficial ou nos diversos equipamentos geridos por associações. Este é o maior desafio da cidade de Lisboa, como atuar? -----

----- Desde de logo pela ampliação de instalações da CAL, face à manifesta falta de capacidade para acolher mais animais destas instalações, também, apoiando a construção das novas instalações da União Zoófila, reconhecendo o papel que esta tem na persecução dos objetivos do município, simultaneamente urge atuar de uma forma firme contra o abandono, negligência ou os maus tratos. -----

----- Saliento ainda, o trabalho feito pelo Município de Lisboa em conjunto com diversas associações para a implementação das colónias CED (Captura, Esterilização e Devolver) é um método unânime, eficaz de controlo de colónias de gatos e de redução das populações felinas silvestres. Em Lisboa existem atualmente quase um milhar destas colónias. -----

----- Por outro lado, a adoção é a solução para dar ao animal uma solução digna. Adoção como resultado de uma reflexão consciente sem obedecer a impulsos pela associação de que se possui condições essenciais ao bem-estar do animal e sobretudo o desejo de acolher um ser vivo de acordo com o seu estilo de vida, instintos primitivos e características, adoção responsável. -----

----- Termino para que em nome do Partido Socialista, deste forma clara e inequívoca o compromisso que temos em trabalhar com todas e com todos, para que o rumo que temos segundo até aqui e que tentei resumir nas palavras anteriormente proferidas se mantenha. -----

----- Lisboa, uma cidade cada vez mais amiga dos seus animais. -----

----- Disse!” -----

----- **A Moderadora, Deputada Municipal Inês de Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada. -----

----- Seguidamente a Senhora Deputada Municipal Graciela Simões do PCP.” ----- Hugo Gaspar do Partido Socialista.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Graciela Simões (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em nome do Partido Comunista cumprimento todos os presentes na sala, muito especialmente os elementos da Mesa e felicito as intervenções, todas as intervenções com *in foco* na realidade. -----

----- O tema hoje em debate tem sido alvo de alguns avanços com várias iniciativas políticas e legislativas, mas a situação está longe de estar resolvida ou mesmo ser aceitável. -----

----- Estão em discussão fatores comportamentais da sociedade (maus tratos, abandono, conspurcação do meio ambiente urbano, comercialização de animais exóticos), mas também ausência de respostas políticas coincidentes com os problemas diagnosticados. -----

----- Os animais passaram a ter um lugar de destaque em grande % das famílias, de jovens, e numa população de envelhecimento acelerado com benefícios terapêuticos (prevenção das depressões), mas também como um importante contributo para a economia do país com a venda dos diversos produtos relacionados com os mesmos, com o desenvolvimento das clínicas veterinárias e as mais-valias criadas com a prestação de serviços. -----

----- A indústria farmacêutica é também uma das grandes beneficiárias do aumento de animais de companhia e poderia fazer parte da solução. -----

----- O PCP, confirma a sua preocupação sobre o tema, tendo apresentados várias iniciativas legislativas com várias propostas no sentido da criação de condições de bem-estar animal, mas também da salvaguarda da Saúde Pública. No entanto, não acompanha iniciativas que sejam exclusivamente sancionatórias da sociedade, com a desresponsabilização do estado. -----

----- Anualmente são abandonados muitos milhares de animais e destes apenas cerca de um terço são adotados. -----

----- Assiste-se ao esgotamento da capacidade de respostas das Uniões Zoófilas, dos Centros de Recolha, tanto a nível nacional como local como fator agravante das situações do abandono de animais, que aumentam os custos para as autarquias, a degradação da higiene urbana e o risco da Saúde Pública. -----

----- Animais abandonados sem vacinação são portadores e, portanto, transmissores de viroses, bactérias e parasitas perigosos para a saúde humana (como leptospirose, leishmaniose visceral, raiva, toxoplasmose, larva migran, sarna, micoses entre outras). -----

----- No entanto, não são apenas os animais abandonados o problema de Saúde pública. Atualmente, muitos jardins deixaram de ser das pessoas e das crianças, porque o seu uso é incompatível com a existência de dejetos animais. Nestes casos, o risco de saúde aumenta sobretudo para crianças que com o ato de levarem as mãos à boca, sendo esta uma porta de entrada para ovos de parasitas ou larvas. -----

----- Consideramos serem necessárias medidas económicas e políticas assim como a responsabilização da sociedade e do Estado. -----

----- São necessários recursos humanos e aumento dos equipamentos existentes para que as entidades competentes possam proceder à intervenção e à fiscalização da legislação em vigor. -----

----- Desenvolver campanhas de sensibilização das crianças e jovens e população sobre o direito ao bem-estar dos animais, mas também de responsabilidade legal e moral pelos mesmos; -----

----- É necessário identificar a etiologia das diversas causas para o abandono dos animais de companhia (degradação das condições de vida, alterações nas vidas das pessoas, nascimento de filhos, a falta de capacidade económica para tratamentos veterinários entre outros) e encontrar respostas adequadas;-----

----- Falta desenvolver hospitais veterinários nos centros de recolha para as pessoas que pretendam manter os seus animais, mas não têm capacidade económica, para vacinação e tratamentos;-----

----- É necessário criar equilíbrio de convívio entre os animais e as pessoas mas não devemos esquecer que há populações que ainda não têm satisfeitas muitas das suas necessidades básicas, reivindicadas hoje para os animais.-----

----- Obrigada.”-----

----- **A Moderadora, Deputada Municipal Inês de Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Seguidamente a Senhora Deputada Municipal Isabel Pires do Bloco de Esquerda.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Isabel Pires (BE)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada e em primeiro lugar em nome do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda.-----

----- Agradecer todas as intervenções, que foram tidas aqui hoje e que deixaram pistas bastante importantes para a um trabalho que a nível municipal, já aqui foi dito, tem sido bastante avançado relativamente a outros municípios do país, mas onde obviamente, podemos sempre fazer mais.-----

----- E começava por uma questão que me parece central e que retiramos também deste debate, que é o problema dos meios e dos recursos e das faltas que ainda existem.-----

----- No que toca a meios e recursos e, foi aqui falado o exemplo do LxCRAS que efetivamente, para qualquer pessoa que já tenha ido visitar ou que acompanhe o trabalho de algumas associações ou de alguns organismos ligados à Câmara que tentam fazer trabalho nesta matéria percebem muito facilmente que existe um défice bastante grande de recursos, de meios financeiros para lidar com as despesas que existem. De pessoas, também, aqui importa obviamente, foi aqui falado que as pessoas que trabalham nestes locais não sejam precários e, portanto, ajuda bastante a fomentar e a fortalecer o trabalho que estas pessoas fazem. E também, locais adequados para responder às necessidades que existem, portanto, a nível municipal, penso que temos aqui pistas importantes para nas recomendações que saírem destes dois debates, poderemos ter propostas para a própria Câmara.-----

----- Mas o tema deste debate prende-se mais com a sociedade civil, com a proteção animal e com alguns algumas ideias que se tem, relativamente aos animais, aos direitos dos animais e à maneira como a sociedade vê esta questão. E há matérias em que houve avanços legislativos bastante importantes, obviamente que o facto de os animais terem deixado de ser considerados coisas, foi um passo muito importante.-----

----- No entanto, não esquecemos que depende dos animais que nós estamos a falar e há determinado maus tratos que são ainda aceite e, portanto, um gato ou um cão que seja encontrado na rua maltratado, entra aqui nesta nova consideração que se faz sobre os animais não serem considerados coisas, mas um animal nomeadamente um touro que esteja a ser torturado dentro do Campo Pequeno, por exemplo, já não é vista mesma maneira. -----

----- Portanto, sabemos que há um caminho a percorrer para a sensibilização relativamente a esta matéria, sobre como é que se veem os animais, porque foi aqui falado, também, das necessidades grandes que existem de sensibilização para o que é ter um animal em casa, como é que a sociedade olha para gatos, para cães, mas também, para outros tipo de animais que cada vez mais são muito diversos no que toca animais de estimação. E, portanto, há ai também um caminho de sensibilização ainda a fazer. -----

----- E depois, houve várias matérias que nós consideramos importantes, em que o Bloco de Esquerda esteve empenhado com outros partidos, também, sobre a questão do transporte de animais vivos, a proibição de animais em circos que é muito importante o nosso ponto de vista, mas há ainda muito caminho a fazer e queremos agradecer, também, a todos os contributos que foram dados neste debate para que possamos no próximo debate que é dedicado às políticas públicas, possamos aprofundar um pouco mais a nível Municipal que tipo de políticas e de matérias é que podemos e devemos ainda avançar juntamente com as várias organizações, sejam o LxCRAS, a PSP e GNR, enfim, vários veterinários e organizações que fazem este trabalho, muitas vezes com muitas dificuldades e a título voluntário e portanto, aí acho que podemos aprofundar ainda mais este debate e estamos obviamente empenhados nele.” -----

----- **A Moderadora, Deputada Municipal Inês de Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada. -----

----- Chamaria agora o Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Teixeira.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Carlos Teixeira (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa noite a todos os presentes. Nós saudamos a realização desta sessão. Saudamos os convidados que trouxeram aqui hoje informação muito relevante para trabalharmos na questão do bem-estar animal em Lisboa. Saudamos em particular também as organizações da sociedade civil que, como a Senhora Provedora aqui hoje destacou, têm nas mãos muito do trabalho operacional de assegurar a questão do bem-estar animal em Lisboa. Mas aproveitamos para saudar também o próprio trabalho da Provedoria, o trabalho das instituições como a LxCRAS e das autoridades que consideramos fundamental. -----

----- Consideramos no entanto que a situação de Lisboa, atualmente é paradoxal enquanto cidade que tenta encarar a questão do bem-estar das espécies de animais que considera como espécies de companhia, tenta atender ao bem-estar de espécies animais consideradas silvestres e tenta inclusive auxiliá-las mas que continua também,

paradoxalmente, a tolerar a prática da tortura pública de animais em arena para fins de entretenimento público. -----

----- Há um caminho que nós temos de começar a trilhar, o caminho que nos vai libertar desse embaraço, que é ter a tauromaquia em Lisboa e é um caminho que nós podemos começar por trilhar, por exemplo, começando por dissociar a chancela do turismo de Lisboa nas promoções dos espetáculos tauromáquicos que todos os anos assistimos em diversos meios, desde a imprensa escrita à divulgação na internet, etc. Essa chancela humilha-nos enquanto cidadãos de Lisboa e humilha todos aqueles que, nós, enquanto deputados municipais e a Câmara de certo, quer que assuma um comportamento responsável em relação aos animais. -----

----- Temos de ser consistentes com esta mensagem. Se a nossa mensagem é que queremos cidadãos responsáveis temos de começar pelo menos por resolver a questão tauromáquica em Lisboa. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Moderadora, Deputada Municipal Inês de Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada. -----

----- Não havendo mais inscrições para além do próprio PAN, eu vou então usar da palavra, no púlpito.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Inês de Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “A todos e todas agradecer por todas as intervenções, não só dos convidados que gentilmente cederam o seu tempo para nos acompanhar neste debate, como também, das entidades convidadas, do público aqui presente. -----

----- Foram contributos que muito certamente enriqueceram futuramente as políticas públicas prosseguidas por esta Assembleia Municipal. -----

----- Para além deste agradecimento, não podemos deixar de nos congratular, obviamente, pelo facto de estarmos aqui hoje, pela primeira vez nesta Assembleia Municipal a debater de forma séria e profunda, aquele que é um debate incontornável aos dias de hoje. -----

----- De facto, nós partilhamos a nossa cidade, a cidade de Lisboa com uma multiplicidade de animais que tanto enriquecem não só nossa biodiversidade, como a nossa vivência neste espaço comum. -----

----- É também no contexto familiar, obviamente que já aqui foi referido que, também, surge a importância de algumas espécies. Um estudo recente indica-nos que cinquenta por cento, dos lares em Portugal tem animais de companhia, inclusive como forma de combater a própria solidão. -----

----- Na cidade, temos também animais de quinta como cavalos e ovelhas que hoje, também, já foram aqui referidos, mas que infelizmente também não são alheios a este fenómeno do abandono e dos maus tratos e que também eles clamam por respostas do ponto de vista da atuação, não só municipal como as demais entidades. -----

----- É certo que nem sempre é fácil harmonizar esta relação de vizinhança, que existe entre pessoas e animais, mas não nos podemos esquecer em momento algum que os

valores humanitários não podem ser de forma alguma indiferentes ao sofrimento animal. E a verdade é que os animais têm partido em desvantagem para com ser humano. Desta forma como têm sido tratados muitas vezes desigual, descuidando por vezes as suas necessidades mais básicas, por mera conveniência humana. -----

----- Domesticamos os animais, trazemo-los para nossa casa e, quando já não têm qualquer interesse abandonamo-los e deixando-os à mercê da sua sorte, outros casos até estigmatizamos alguns animais, como aqui hoje também já foi referido, nomeadamente os animais de matias ou até os próprios pombos que tiveram importância histórica incontornável na evolução da nossa própria humanidade. -----

----- E veja-se aqui que já foi, de facto, também referido que, desde 1925, as Câmaras Municipais são obrigadas a ter canil e gatis municipais.-----

----- Portanto, o tempo para fazer o trabalho de casa foi mais do que ultrapassado e, portanto, temos, de facto, que avançar, porque assim o clama a mudança de paradigma que temos presenciado nas últimas décadas.-----

----- Sobretudo, na forma como os animais são vistos na nossa sociedade e como devem também ser tratados pelas entidades públicas, com diferentes responsabilidades, nomeadamente decorrentes da Lei que criminalizou os maus tratos, mas, também, do estatuto jurídico que tem o seu peso simbólico, mas que nos vai ajudar a interpretar esta mesma legislação e a sua própria aplicabilidade. -----

----- Não esquecer, também, obviamente do processo de transferência para as autarquias locais, que vai trazer mais responsabilidade e com isso também carecer de um reforço de meios humanos e financeiros como tem sido até debatido nesta Assembleia, nomeadamente no âmbito do Orçamento para 2019 e, que vai ter que ser revisto e processado para o futuro, de forma a garantir o financiamento e a prossecução destas políticas municipais. -----

----- Os animais assumem, de facto, hoje um papel incontornável na nossa sociedade e no nosso dia-a-dia não podemos, de facto, menosprezar, pelo contrário, estende-se até outras temáticas que antes não eram referidas, hoje por exemplo, o Dia de Nacional de Luto pelas Vítimas de Violência Doméstica e não nos podemos esquecer que os maus tratos a animais foram já indiciados como um fator de risco comportamental do agressor e que inclusive, se alguém maltrata um animal é muito provável que seja capaz, também, de maltratar uma pessoa. -----

----- É já amplamente reconhecido esta evidência quer na esfera científica, policial, judicial e, também, pela sociedade, sobretudo pela correlação existente entre a violência contra pessoas e animais ou também na perspectiva de que constituem um elo de ligação a pessoas em situação de vulnerabilidade especial, como por exemplo as pessoas em situação de sem-abrigo e que, através deles podemos, de facto, retirar estas pessoas da rua. -----

----- Congratulamo-nos, de facto, por todo o que já foi conquistado em Lisboa, em matéria de bem-estar animal, houve de facto de medidas que foram pioneiras e o PAN tem acompanhado este executivo, de facto, o seu alcance. -----

----- É importante, no entanto, percebemos enquanto eleitas e eleitos a importância de existir um plano estratégico municipal, que daqui em diante nos permita dar respostas

a muitas situações diárias que ainda assim coloca em risco a vida de pessoas e animais e, de forma transversal às diferentes políticas que possam ser prosseguidas.-----

----- Precisamos de um Regulamento bem-estar animal, precisamos de sensibilizar para o não abandono, para a adoção responsável, de realizar campanhas de sensibilização e esterilização, apoiar as associações zoófilas que tem sido uma pedra fundamental no sucesso desta política na autarquia e que tanto fazem pelos animais a nossa cidade, agilizar os procedimentos em caso de maus tratos ou abandono, dar resposta, obviamente aos pedidos de recolha de animais na via pública e às denúncias feitas por municípios e promover políticas de não abate. Não apenas obviamente, os animais de companhia, mas outros animais como os pombos.-----

----- Precisamos, também, obviamente de eliminar aquelas formas cruentas que se persistir na nossa cidade, como a tauromaquia e que, de facto, tanto nos embaraçam ao persistir ao longo dos nossos tempos esta realidade.-----

----- Para concluir agradecer, de facto, a toda a sociedade civil e às associações que se tem mobilizado em torno desta temática, estamos confiantes que este debate vão sair medidas concretas que possam vir a ser implementadas no município de Lisboa e conferir maior dignidade à proteção animal e aqui estamos, de facto, e não deixa de ser curioso que tinha aqui esta nota, acompanhamos aqui o Partido Socialista, o executivo, porque, de facto, teremos que Lisboa seja reconhecida como a capital vanguardista e amiga dos animais e só pode ser, de facto, um bom algo no final deste debate.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Moderadora, Deputada Municipal Inês de Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Como não temos nota de mais inscrições, damos por encerrado o debate, agradecendo, obviamente a todos os convidados aqui presentes.-----

----- Muito boa noite.-----

----- E recordamos que há dia vinte e um de março uma segunda sessão, para a qual estão também, obviamente todas as entidades aqui presentes convidadas para assistir. -

----- Muito obrigado.”-----

----- A sessão terminou, eram vinte horas e trinta minutos.-----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AML/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017.-----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017.-----

-----O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO-----